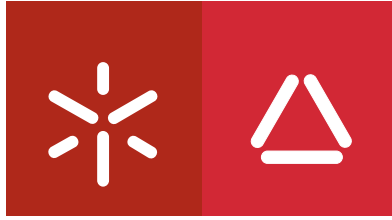




**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Ana Isabel Teixeira Leite

**"À Noite as Notícias"**  
**- Análise dos alinhamentos do principal noticiário do canal temático de serviço público**



**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Ana Isabel Teixeira Leite

**"À Noite as Notícias"**  
**- Análise dos alinhamentos do principal  
noticiário do canal temático de serviço  
público**

Relatório de Estágio de Mestrado em Ciências da Comunicação  
Área de Especialização em Informação e Jornalismo

Trabalho efectuado sob a orientação da  
**Professora Doutora Felisbela Lopes**

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA TESE, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE

Universidade do Minho, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Agradeço:

aos meus **pais** por todo o carinho e pela vida feliz que me proporcionam,

ao **Pedro** por todo o amor e compreensão nos momentos mais difíceis,

à doutora **Felisbela Lopes** pela disponibilidade e conselhos valiosos,

à **Sandra** pelo apoio,

ao **Marcelo** pelos ensinamentos,

ao **Luis** pelo acompanhamento,

à **Cláudia** pela confiança e tempo dispendido,

aos **Paulo** (s) pelas lições,

aos **docentes** do Instituto de Ciências Sociais pelos conhecimentos partilhados.

## “À Noite as Notícias” –

### **Análise dos alinhamentos do principal noticiário do canal temático de serviço público.**

#### **Resumo**

O objectivo desta investigação consiste em observar o tipo de informação prestada pelo principal noticiário televisivo do canal temático de informação da radiotelevisão portuguesa. Vamos analisar se a RTP N cumpre no *À Noite, as Notícias* aquilo que está consagrado no contrato de concessão de serviço público de televisão. Analisámos os alinhamentos do *À Noite, as Notícias*, que são constituídos por peças noticiosas, debates e entrevistas em estúdio e pela participação do telespectadores através de um blogue na internet, por um período de quatro semanas.

Para contextualizarmos essa análise, reunimos parte da bibliografia existente e possível que debate os papéis da televisão nas actuais sociedades, o serviço público de televisão e a informação televisiva.

Para orientar a realização deste estudo elaboramos a seguinte pergunta de partida: **Será que a RTPN como canal temático de serviço público, reflecte, através do seu principal programa de informação, aquilo que estipula o contrato de concessão de Serviço Público de Televisão?**

Não nos podemos deter numa previsível resposta negativa ou positiva a esta questão, nem pretendemos encontrar respostas definitivas. Pretendemos sim contribuir para um maior conhecimento da informação que recebemos do canal temático de informação de serviço público de televisão.

Constatamos que a RTP N tem ainda um longo caminho a percorrer para prestar aos seus espectadores uma informação que seja realmente de serviço público. Apesar disso, notámos que o principal noticiário deste canal começa a dar passos no sentido de se aproximar do público para quem produz notícias.

**“At night, the news” –**

## **Analysis of the main news program alignments of the public thematic channel**

### **Abstract**

The aim of this investigation consists in observing the type of information conveyed by the main news program of the thematic informative channel of the Portuguese television. We will analyse whether RTP N satisfies with *At Night, the News* what is established in the concession contract of the public television service. We studied the alignments of *At Night, the News* which are constituted by news services, debates and in studio interviews as well as by the participation of the audience through a blog in the internet, during a four-week period.

To contextualise that analysis, we gathered part of the existing bibliography which debates the roles of television in today’s societies, the television public service and the information conveyed by television.

As guideline of our investigation we formulated the question that follows: **Does RTP N, as a thematic channel of public service, reflect by means of its main information program, what is established in the concession contract of the Public Television Service?**

It is not our intention to look for a positive or negative answer to the question, or even to find definite answers. It is our intention, nonetheless, to give a contribution to an improved knowledge on the type of information conveyed by the public television service.

We realised that there is still a long way for RTP N to provide an informative service truly public to its viewers. Nevertheless, we noticed that the main news program of the channel is already in the right way to be closer from its public.



## Índice Geral

NOTA INTRODUTÓRIA.....	8
------------------------	---

### CAPÍTULO I

1. A televisão e o serviço público.....	13
1.1. O poder da televisão: que lugar ocupa na sociedade pós-moderna.....	13
1.2. A RTP e o serviço público de televisão.....	21

### CAPÍTULO II

2. O jornalismo televisivo.....	30
2.1. A predominância da imagem na informação televisiva.....	30
2.2. Telejornal em horário nobre: momento privilegiado de contacto com o público.....	36

### CAPÍTULO III

3. Estágio em informação televisiva.....	39
--	----

### CAPÍTULO IV

4. Caminhos de Análise.....	49
4.1. Peças noticiosas: no topo do alinhamento.....	51
4.2. Quem “fala do quê” no plateau do À Noite, as Notícias.....	53
4.3. De que fala o cidadão comum no À Noite, a Net.....	54

### CAPÍTULO V

5. À Noite, as Notícias em Análise.....	56
5.1. Peças noticiosas: a política no topo do alinhamento.....	56
5.2. Quem “falo do quê” no plateau do À Noite, as Notícias.....	62



5.2.1. Entrevistados: jornalistas que ocupam o lugar habitual dos políticos.....	63
5.2.2. Comentadores: “Vice-Versa” – espaço que privilegia o saber.....	67
5.3. O cidadão comum que comenta assuntos políticos.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
BIBLIOGRAFIA.....	78
ANEXOS.....	82





## Lista de tabelas

Quadro 1- Temas que marcam a abertura do À Noite, as Notícias .....	57
Quadro 2- Acontecimentos (im)previsíveis na abertura do À Noite, as Notícias .....	59
Quadro 3- Lugares mediatizados na abertura do À Noite, as Notícias.....	61
Quadro 4 - Quem é entrevistado no À Noite, as Notícias .....	63
Quadro 5 - De que falam os entrevistados no À noite, as Notícias .....	66
Quadro 6 - Quem é comentador na rubrica “Vice versa” .....	68
Quadro 7- Número de convidados da rubrica "Vice versa" .....	69
Quadro 8- O que é comentado na rubrica "Vice versa" .....	70
Quadro 9 - O que comenta o cidadão comum no À Noite, a Net.....	72



## Nota Introdutória

A televisão tornou-se num lugar privilegiado de produção do real nas sociedades da pós-modernidade. Todos os dias entra nas nossas vidas para nos mostrar o que de mais importante se passa no país e no mundo. Todos estamos ligados a ela e todos sofremos a sua influência. Muitas são as imagens que nos apresenta pintando acontecimentos muitas vezes pouco coloridos. «A televisão pode explicar, fazer partilhar, fazer sonhar, sensibilizar, chocar, suscitar a reflexão, a adesão ou a rejeição, anestesiar ou excitar, mas ela faz tudo isso mostrando imagens, e fazendo ouvir sons concomitantes com a imagem» (Jespers, 1998: 68).

Neste cenário torna-se cada vez mais necessário estudar a informação e programação televisivas, no sentido de a conhecermos melhor e podermos fazer críticas fundamentadas ao que ela nos apresenta. No nosso caso, vamos estudar um jornal televisivo – *À Noite, as Notícias* – do canal temático de informação de serviço público de televisão – a RTP N. A nossa investigação pretende guiar-se por uma pergunta de partida central: **Será que a RTPN como canal temático de serviço público, reflecte, através do seu principal programa de informação, aquilo que estipula o contrato de concessão de Serviço Público de Televisão?** No entanto, a nossa questão central pode ser desdobrada em outras questões. O que é a televisão de serviço público em Portugal? O que significa serviço público de televisão? Que valores se impõem na informação de uma canal de televisão de serviço público? Terá o canal temático de informação de serviço público responsabilidades acrescidas?

Aquilo que pretendemos é saber que serviço público nos presta a RTPN no seu principal noticiário - *À Noite, as Notícias*. Importa observar se este noticiário televisivo respeita os princípios que devem nortear a informação televisiva de serviço público: o princípio da igualdade (analisar se este serviço noticioso promove os valores quer das maiorias quer das minorias; quer das realidades urbanas, quer periféricas; quer das posições oficiais, quer das posições do cidadão comum) e o da neutralidade que exige a imparcialidade informativa: equilíbrio e pluralismo (Lopes, 1999: 86/87).



Isto é, será que o *À Noite, as Notícias*, respeita os valores do serviço público e aquilo que é referido no contrato de concessão de serviço público de televisão: «O serviço de programas temático informativo da concessionária do serviço público de televisão destina-se à prestação especializada de informação nas suas diferentes formas, designadamente noticiários, reportagens, documentários e debates, com destaque para temas, ideias e protagonistas não habitualmente representados na comunicação social, como os que relevam da área cultural ou científica, e concedendo especial atenção a temas com interesse para regiões e comunidades específicas (Cláusula 13)».

Ao mesmo tempo, será que a RTPN apresenta, no seu principal noticiário, «uma informação precisa, completa e contextualizada» (Cláusula 5) e proporciona «uma informação isenta, rigorosa, plural e contextualizada, que garanta a cobertura noticiosa dos principais acontecimentos nacionais e internacionais» (Cláusula 7). Dito de outra forma, temos por objectivo saber se a informação apresentada diversificada nos temas e nos lugares e se a emissão é aberta a diferentes grupos representativos da sociedade (informação plural e equilibrada).

Para realizarmos este estudo procedemos à análise dos alinhamentos de todos os jornais que compõem a nossa amostra (de 6 a 31 de Outubro de 2008). Os ditos alinhamentos foram-nos cedidos pela coordenação da informação da RTP em Gaia. Houve momentos em que nos surgiram dúvidas na observação dos alinhamentos. Nesses momentos, recorremos à filmoteca da RTP, onde nos eram disponibilizadas as gravações dos programas correspondentes ao período em estudo.

Consideramos importante o estudo dos noticiários televisivos, dado que se situam em momentos de grande audiência. E neste caso, especificamente, a análise do *À Noite, as Notícias* que é emitido em horário nobre (das 21 às 23 horas). Estreado a 29 de Setembro de 2008, poucos dias antes de termos iniciado o estágio na RTP em Gaia, este programa noticioso passou a ser a marca da RTPN. Optámos, assim, pelo estudo deste jornal informativo, por ser a novidade do canal temático de informação e por permitir uma análise original. Aquando o estágio surgiu-nos a seguinte questão: Será que o *À Noite, as Notícias*, sendo a marca da RTPN, que, por sua vez, é o canal temático de informação de



serviço público, é também a marca desse mesmo serviço público? Isto é, é o exemplo de serviço público que de facto deveria ser? É a todas estas dúvidas que procuramos responder ao longo deste estudo.

Como estamos a falar de um programa de informação televisivo num canal de serviço público, não poderíamos, neste trabalho, deixar de falar sobre a televisão e sobre o serviço público televisivo. Assim, no capítulo I, vamos abordar o papel exercido pela televisão nas actuais sociedades pós modernas, porque ela marca de facto a sociedade pelo seu efeito massificante e aglutinador. Começamos pelo seu aparecimento e analisamos as mudanças que trouxe para a prática informativa. Observamos a influência que tem nos seus espectadores mostrando, ao mesmo tempo, visões apocalípticas e integradas sobre este *mass media*. No fundo, faremos uma análise às suas potencialidades e limitações.

Ainda no mesmo capítulo, abordaremos o conceito de serviço público de televisão. Falamos das causas que originaram o seu aparecimento na Europa e das leis que regulamentam a sua existência em Portugal. No nosso país, a existência de um serviço público de televisão está consagrada na Constituição da República Portuguesa, na Lei da televisão e no Contrato de Concessão de Serviço Público de Televisão. Ao mesmo tempo, abordamos os grandes princípios que devem nortear o serviço público de televisão: a igualdade, a neutralidade, a continuidade, a mutabilidade e a participação dos cidadãos. A problematização do conceito de serviço público implica obviamente falar da radiotelevisão portuguesa. No nosso caso, implica também falar da RTPN, o canal que vamos estudar, cuja existência está também consagrada no contrato de concessão de serviço público de televisão.

Como estamos a investigar um jornal televisivo não podemos deixar de reflectir sobre as especificidades da informação televisiva. De facto, a televisão assume um papel preponderante na veiculação de informação constituindo, actualmente, o principal *medium* de informação. Deste modo, no capítulo III falamos sobretudo da primazia dada à imagem na informação televisiva. Esta imagem é, de facto, uma vantagem da televisão em relação aos outros meios de comunicação, mas, ao mesmo tempo, coloca-



lhe imensos entraves. A nossa atenção recai também sobre os processos inerentes à construção noticiosa e sobre a capacidade que a televisão tem de indicar os assuntos sobre os quais os cidadãos devem pensar. Simultaneamente, abordamos os jornais televisivos emitidos em horário nobre, dado que, no nosso caso, vamos analisar um noticiário deste género. Falamos dos princípios que devem nortear a informação de um canal televisivo de serviço público.

No quarto capítulo contamos muitas das experiências vivenciadas ao longo do estágio curricular efectuado na redacção da RTP, em Gaia. Começamos pela passagem pela secção de informação internacional em que, pela primeira vez, nos apercebemos da importância da imagem na informação de televisão e da dependência das agências internacionais de informação. Seguidamente, abordamos as saídas em reportagem acompanhando os jornalistas e os repórteres de imagem, em que pudemos contactar com as fontes de informação e aprender processos da construção noticiosa. Analisámos a escassez de tempo dos jornalistas de televisão e a produção de informação de forma simultânea para a RTP e a RTP N. Falámos também da fase de edição das nossas peças que fariam, posteriormente, parte do nosso trabalho final e do trabalho para as emissões da RTP N, durante as madrugadas. Ao mesmo tempo, expomos situações que exemplificam os entraves colocados pela imagem à informação televisiva. Por fim, falamos sobre a experiência final do estágio que consistiu na apresentação de um telejornal constituído pelas peças noticiosas que havíamos editado.

No capítulo V importava abordar a metodologia utilizada para estudarmos a questão suscitada durante o estágio, que permitisse, ao mesmo tempo, responder à nossa pergunta de partida. O alinhamento do *À Noite, as Notícias* é constituído por peças noticiosas, por debates/entrevistas em estúdio e pela participação dos telespectadores através de um blogue coordenado por um segundo pivot. Apresentamos os critérios utilizados para estudar este programa informativo nas suas três vertentes.

Logo em seguida, no sexto capítulo, aplicamos a metodologia de trabalho. Analisamos os critérios de noticiabilidade que presidem à selecção dos acontecimentos e quais os assuntos e os locais mais mediatizados. Estudamos que tipo de espaço



Universidade do Minho

público é construído pelo *À Noite, as Notícias*, ou melhor, se nos espaços de debate/entrevista se verifica uma pluralidade de temas e de vozes. Por fim, verificamos sobre que temas é o cidadão comum chamado a comentar no espaço *À Noite, a Net*.

Por último, fazemos as considerações finais que consistem nas principais conclusões a que chegamos ao longo de toda a investigação. Os resultados recolhidos não são generalizáveis. No entanto, permitem-nos observar as tendências informativas seguidas pelo *À Noite, as Notícias*, e os valores tidos em conta pelos coordenadores de informação da RTP N.



# CAPÍTULO I

## 1. A televisão e o Serviço Público

### 1.1. O poder da televisão: que lugar ocupa na sociedade pós – moderna?

A televisão marcou-nos e marca-nos todos os dias pelas histórias que nos conta, e pela companhia que muitas vezes nos faz. Está sempre lá omnipresente em nossas casas e cada vez mais presente nas diferentes repartições. Parece que já não conseguimos viver sem a sua presença. Ela marca, de facto, a sociedade pelo seu efeito massificante e aglutinador.

Para o sociólogo Dominique Wolton (1994:82) a televisão é um *medium* de massas porque «está ligado ao efeito multiplicador assegurado pela difusão (hertziana, cabo, satélite) e recepção por vários milhões de televisores no mundo». Em segundo lugar porque «a actividade de televisão está rigorosamente regulamentada de modo a permitir que todos recebam a imagem de televisão». Em terceiro lugar porque «os poderes políticos quiseram que a televisão fosse objecto de um projecto global». E em quarto lugar e último lugar «devido ao factor económico, porque tanto para os equipamentos como para os programas tornou-se indispensável produzir em larga escala para rentabilizar os investimentos onerosos».

Neste ponto abordaremos os papéis que a televisão exerce na actual sociedade de massas. Faremos uma breve reflexão sobre as suas potencialidades e limitações.

De acordo com Raul Sohr (1998: 48) «a televisão estreou no final da década de 20. Em 1928 realizaram-se transmissões experimentais nos Estados Unidos, e em 1929 iniciaram-se emissões regulares de carácter experimental na Grã-bretanha. Em 1936 a BBC inaugurou a sua programação televisiva que foi interrompida no dia em que a Alemanha invadiu a Polónia e precipitou a Segunda Guerra Mundial». A guerra interrompeu as emissões televisivas, mas não impediu o seu desenvolvimento.



O autor Lorenzo Vilches (1993: 18) refere que «a televisão nasce sem ter que responder a uma necessidade concreta. É vista como um objecto da tecnologia eléctrica (como o telefone e o telégrafo) no contexto de comunicação operativa que respondia a prioridades de expansão do sistema económico e militar». A televisão passa a permitir a transmissão de imagens sonorizadas e animadas à distância.

Trazendo novidades para a prática informativa, e sobrepondo as potencialidades dos meios até então existentes, a televisão conta já com um século de existência. É, segundo Sousa e Aroso (2003:84), “o mais potente dos mass media. É aquele que atinge com mais impacto um maior número de pessoas, até porque não exige ao mesmo telespectador competências alfabéticas para a descodificação da maior parte das mensagens”. A essência da mensagem televisiva decorre da imagem, dado que esta dá credibilidade, tornando-a verosímil, muito embora o som também contribua para esse efeito. No pequeno ecrã apela-se, em simultâneo, à visão e à audição.

Francisco Rui Cádima (1996:9) diz que «em virtude da influência dos meios de comunicação de massa, entre os quais a televisão, o mundo tende a transformar-se progressivamente numa “aldeia global”, onde as populações se orientam por modelos de vida muito idênticos e onde o conhecimento e a informação se propagam de uma forma quase instantânea».

No entender de Ignacio Ramonet (1999: 79), enquanto o número de estações emissoras se multiplica, o objecto da televisão no seu todo, esse, afunila-se em volta de um centro de interesse principal: a própria televisão. Para o autor a televisão ao centrar, desta maneira, a atenção em si própria, responde às expectativas da maioria dos espectadores para quem constitui, muitas vezes, a única cultura.

Como sabemos, Portugal é um país com níveis de iliteracia muito elevados, em que a televisão é o meio através do qual uma grande parte da população tem acesso à informação. «Um ano após o início da concorrência televisiva, os Portugueses “colaram-se” definitivamente ao pequeno ecrã. De repente aparecem nas estatísticas como os europeus que mais vêem televisão. São mais de quatro horas por dia, por espectador. Um recorde europeu. Dos piores claro» (Cádima:1999:57/58). Por este motivo as instâncias competentes têm de estar atentas ao que a televisão portuguesa





apresenta ao seu público. Observar se ela cumpre realmente as funções de formar e informar os telespectadores e, não apenas, os entretém com programas vazios de cultura e conhecimento.

Em toda a história da comunicação de massas as ciências sociais da comunicação têm prestado uma enorme atenção aos meios de comunicação social e, em especial, à televisão. Cébrian Herreros (2004:47) diz que em grande medida o que a sociedade percebe daquilo que está ao seu redor faz-se por mediação da televisão. Lozenzo Vilches (1993:33) diz que é esta crescente importância que a televisão adquiriu na sociedade a partir dos anos cinquenta que explica a atenção dada a este meio.

Vários estudos concluíram que os mass media moldam e formatam as nossas percepções e visões do mundo. As nossas mentes estão repletas de informação e impressões derivadas dos *media*. E quanto mais tempo estivermos expostos a um meio maior é a influência que ele exerce em nós. Por exemplo, a teoria hipodérmica (coincide com o período das duas guerras mundiais) diz que cada elemento do público é pessoal e directamente atingido pela mensagem dos *mass media*. Diz que o isolamento da sociedade de massas explica este efeito. Já a abordagem empírico-experimental (desenvolvida a partir dos anos quarenta) afirma que os efeitos dos *mass media* variam de indivíduo para indivíduo. «Persuadir os destinatários é um objectivo possível, se a forma e a organização da mensagem forem adequadas aos factores pessoais que o destinatário activa quando interpreta a própria mensagem (Wolf, 1987: 34).

Por sua vez, a teoria dos efeitos limitados, como o próprio nome indica, diz que os efeitos dos *media* não são tão grandes como se pensava, dependendo das forças sociais que predominam. «A eficácia dos *mass media* só é susceptível de ser analisada no contexto social onde funcionam. Mais ainda do que do conteúdo que difundem, a sua influência depende das características do sistema social que os rodeia», escrevem Shils e Janowitz (in Wolf, 1987: 51). A teoria funcionalista defende que a audiência é activa na utilização dos *mass media* e da televisão, e que o seu uso se relaciona com a estrutura de necessidades e expectativas que caracterizam o destinatário. Mauro Wolf (1987:75) refere que a



principal conclusão desta teoria é que «os media são utilizados pelos indivíduos num processo destinado a reforçar (ou enfraquecer) uma relação (de tipo cognitivo, instrumental, afectivo ou integrativo) com um referente que pode ser o próprio indivíduo, a família, o grupo de amigos ou as instituições».

Para a teoria crítica (fala da industrialização da cultura), identificada com a Escola de Frankfurt, os media assemelham-se a outras indústrias culturais e são considerados importantes agentes de socialização, que contribuem para uniformizar os hábitos e as atitudes dos indivíduos. «Devido à onnipotência da racionalidade técnica, os produtos culturais são submetidos a uma produção em série, normalizada, que conduz a uma uniformidade de estilo e de conteúdo», escrevem Adorno e Horkheimer (apud Rieffel, 2004:90). Esta teoria refere que os media e, nomeadamente, a televisão reproduzem a lógica de dominação vigente na sociedade industrializada de massas, e torna os indivíduos amorfos, neutralizando a sua capacidade crítica.

Por sua vez, a Escola de Birmingham, também conhecida por “Cultural Studies” defende que a influência das indústrias culturais, nomeadamente os *mass media*, sobre o receptor é sobrestimada. Rémy Rieffel (2004: 111), citando Richard Hoggart, diz que «essas influências culturais agem muito lentamente sobre a transformação de atitudes». Refere que o receptor é resistente àquilo que lhe é apresentado e proposto.

Lorenzo Vilches diz-nos que «a televisão pode parecer débil na criação de efeitos directos, mas parece eficaz na construção da percepção da realidade quotidiana e em certos ambientes sociais pode determinar as atitudes em relação ao crime, ao sexo, à discriminação (1993:13). Giovanni Sartori reconhece este poder ao afirmar que «a televisão prima por um aspecto: entretém, distrai, diverte. Mas a televisão invade também toda a nossa vida, afirma-se como um demiurgo. Depois de ter formado as crianças, continua a formar, ou de qualquer modo a influenciar, os adultos (2000:55). Segundo Ignacio Ramonet, a televisão produz um impacto tão forte na mente do público que os outros media se sentem obrigados a acompanhar este impacto, a sustentá-lo, a prolongá-lo.



Felisbela Lopes (2007: 9) afirma que «compreender a sociedade que somos passa inquestionavelmente, nos nossos dias, por conhecer a televisão que temos e tivemos – na sua performatividade, nas suas ousadias e impasses, nas suas conquistas e influências». A autora vê a televisão como um media capaz de transmitir informação aos indivíduos e atribui à televisão de serviço público um papel muito importante como integradora dos indivíduos na sociedade individualista de massas.

«Tendo um papel integrador fulcral no seio da sociedade, a televisão assume-se como um media, se não onnipotente, pelo menos onnipresente, permitindo às pessoas sair do seu isolamento para partilhar um determinado conhecimento: aquele que é proporcionado por determinada emissão» (Lopes, 1999:131).

Ao mesmo tempo, Dominique Wolton (1999:103/107) refere que «a televisão é, actualmente, um dos principais elos sociais da sociedade individualista de massas» e que «a televisão generalista é o *media* melhor adaptado à heterogeneidade social da sociedade individualista de massas». O autor refere ainda que «a televisão é, ao mesmo tempo, uma formidável abertura para o mundo, o principal instrumento de informação e de diversão para a maior parte da população, e provavelmente o mais igualitário e democrático. (Wolton, 1994: 69).

Na tese sobre a “Televisão e as Interacções familiares: Um Estudo Empírico para a Cidade de Lisboa<sup>1</sup>”, a investigadora Daniela Carvalho concluiu que a televisão «contribui significativamente mais para o aumento de interacções positivas do que para o surgimento de tensões familiares».

No entender de Giovanni Sartori (2000:28), «a televisão premeia e promove a extravagância, a absurdidade e a insensatez. E assim vai reforçar e multiplicar o Homo insipiens (tolo, que não sabe). E que desta forma, o acto de ver televisão está a mudar o homem num sentido negativo. «Da televisão, lamenta-se o facto de encorajar a violência, ou de informar pouco e mal, ou de ser culturalmente regressiva» (2000:13).

Pierre Bourdieu (1997: 10) vê a televisão como uma ameaça às diferentes esferas de produção cultural e como um meio com uma influência negativa sobre a

---

<sup>1</sup> [http://dn.sapo.pt/2006/06/16/media/informacao\\_televisiva\\_fomenta\\_dialog.html](http://dn.sapo.pt/2006/06/16/media/informacao_televisiva_fomenta_dialog.html)



“formação dos cérebros” de uma parte importante da sociedade. Por sua vez, Jerry Mander (1999: 432) tem uma visão ainda mais pessimista da televisão, considerando-a originadora de uma gama de efeitos nocivos que representam um perigo para o homem e para a sociedade. «A televisão consiste mais num instrumento de lavagem ao cérebro, indutor de estados letárgicos e/ou hipnóticos, do que num veículo capaz de estimular processos de aprendizagem conscientes» (Mander, 1999:133). E continua dizendo que «a televisão suprime e substitui a imagética criativa do ser humano, incentiva a passividade em massa e prepara os indivíduos para aceitarem a autoridade, constituindo um instrumento de transmutação que aproxima as pessoas das imagens implantadas pela TV» (1999: 433). O autor propõe mesmo a abolição da televisão por não acreditar numa possível reforma da mesma.

Nos dias que correm, muito se fala sobre os efeitos nocivos da televisão para os telespectadores e sobre a falta de qualidade e diversidade dos programas que apresenta. No entanto, são necessários estudos que comprovem estas opiniões e para que exista também um maior conhecimento sobre a história e evolução da programação e informação televisivas. Só desta forma é possível fazer críticas fundamentadas à qualidade (ou falta dela) do que a televisão nos apresenta.

Felisbela Lopes analisa, no livro *A TV das Elites*, os programas de informação semanal dos canais generalistas portugueses (1993-2005). Durante o período de observação, as estações privadas (ditas generalistas) foram, em horário nobre, canais temáticos de entretenimento. Com a estreia do Big Brother, a TVI rendeu-se às novelas da vida real e à ficção nacional. Por sua vez, a SIC tentou clonar muitos dos formatos do canal quatro, enchendo o horário nobre ora com reality shows, ora com novelas (portuguesas e /ou brasileiras). Ramonet (1999:79) constata que «perante o agravamento das inquietações colectivas, a televisão procurou transformar em espectáculo as desgraças sociais (...) e que deste modo, os reality shows tiveram, há alguns anos atrás, uma função catártica, ao propor substitutos eufóricos para os pesadelos provocados pela crise económica e pelo infortúnio».

«Considerada inicialmente como uma prioridade, a programação informativa dos canais generalistas emitida em horário nocturno e feita ao ritmo semanal foi sendo



progressivamente desvalorizada pelos programadores ao longo dos primeiros treze anos de coabitação entre os sectores público e privado.» (Lopes, 2007:138). Ao mesmo tempo que a informação semanal foi desaparecendo da SIC e TVI no período pós Big Brother, o canal público generalista não apresentou formatos originais, que renovassem novas formas de enunciação da realidade e que reflectissem sobre diversos domínios, alargando o espaço televisivo.

Porque é que isto aconteceu? Porque as escolhas dos directores da RTP, SIC e TVI, condicionadas pela lógica mercantilista de luta pelas audiências, se alteraram profundamente.

Ao mesmo tempo, Felisbela Lopes (2007:138) constatou que entre 1993 e 2005 os programas de debate e de entrevista foram, sobretudo, espaços de reprodução dos poderes dominantes, circunscritos às elites. Desta forma, o espaço televisivo foi reduzido a um conjunto restrito de pessoas com o direito de debater assuntos que ganhavam aí estatuto público. O cidadão comum só foi chamado a participar no espaço público televisivo, para falar sobre assuntos do foro privado. «Nos anos em estudo, o cidadão comum esteve excluído das grandes – entrevistas, teve pouca oportunidade de intervir nos debates, conquistou alguma influência nos talk shows, particularmente em emissões onde os convidados representavam o papel de vítimas (Lopes, 2007:274). Isto reflecte aquilo a que Jean Jacques Jaspers (1998:21) designa como a passagem da paleo-televisão, que se baseava na esfera pública e racional, para a neo-televisão, que se centra na esfera privada e afectiva.

Podemos dizer então que o espaço público contemporâneo produzido pela televisão pouco tem a ver com o desenhado por Habermas. Para este autor, a esfera pública é um espaço onde ocorre o debate público e onde se constrói a opinião pública. É um espaço informal que ocorre com a participação de todos os cidadãos e onde todo e qualquer tema pode ser trazido a debate.

Não foram assim cumpridas fielmente as funções da televisão de formar, informar e entreter os cidadãos, apesar de ser isso que está designado na Lei da Televisão.



Mais precisamente no artigo 9 do Capítulo da referida Lei (Lei n.º 27/2007 de 30 de Julho) são estabelecidos os seguintes fins da actividade televisiva:

- a) Contribuir para a informação, formação e entretenimento do público;
- b) Promover o exercício do direito de informar, de se informar e de ser informado, com rigor e independência, sem impedimentos nem discriminações;
- c) Promover a cidadania e a participação democrática e respeitar o pluralismo político, social e cultural;
- d) Difundir e promover a cultura e a língua portuguesas, os criadores, os artistas e os cientistas portugueses e os valores que exprimem a identidade nacional.

De facto, todas estas finalidades não têm sido seguidas à risca pelas estações televisivas portuguesas, que buscam incessantemente a maior fatia do bolo das audiências. Francisco Rui Cádima (1996: 58) refere que «à audimetria, por exemplo, não interessa saber quais os interesses ou as expectativas do telespectador. Não interessa saber, em rigor, quais os seus principais gostos, quais os programas preferidos por a, b ou c. A única que coisa people-meters “sabem” é ver “quem” vê o “quê” na programação». Ao mesmo tempo, a televisão não nos mostra a realidade tal como ela é. «A verdade é que o real surge na televisão como um real vulnerabilizado, exposto muitas vezes a partir da experiência de cidadãos sem defesas, e não um real contextualizado através do saber e do conhecimento e de uma ponderação rigorosa e experiencial dos factos (Cádima:1999:55).

Francisco Iglesias (1990:10) resume bem todas estas questões, ao dizer que, «com os seus aspectos positivos e negativos, com as suas luzes e as suas sombras, a televisão é, em todo o caso, um maravilhoso avanço técnico de que nem sempre fazemos o uso adequado». É bem verdade que a televisão é um meio de comunicação social cheio de potencialidades que não estão a ser utilizadas, em grande medida, pelos operadores televisivos.

Terminamos este capítulo com uma abordagem geral que Felisbela Lopes (2007: 19) faz dos limites e qualidades da televisão:

- «Poderá não ser o melhor meio para conhecer a realidade, mas será aquele através do qual um número significativo de pessoas acede ao que se passa.



- Poderá não ser o meio que restitui a imagem mais transparente e menos fragmentária do real, mas será aquele que, (des)contextualizando-nos de um aqui e agora, nos coloca diante de múltiplos estilos de vida.

- Poderá não ser o meio mais permeável a todo o tipo de acontecimentos, mas será aquele com mais poder estruturante, assumindo-se como uma espécie de arena colectiva onde se partilha um mundo comum ou aquilo que, a partir dessa visibilidade mediática, passa a integrar o espaço público contemporâneo.

- Poderá não ser o meio com maior independência dos vários tipos de poder, nomeadamente do político e do económico, mas é aquele que, por atingir um grande número de pessoas, maior capacidade tem para criar laços sociais de várias ordens.

- Poderá não ser um meio mais desprendido de constrangimentos estruturais, mas é aquele com mais força ao nível do *agenda-setting*.

## 1.2. A RTP e o Serviço Público de Televisão

Neste ponto abordaremos o serviço público de televisão. Vamos centrar-nos na televisão generalista de serviço público, mais concretamente na RTP1 (primeiro canal de serviço público português) sem deixar, no entanto, de fazer referência à RTPN, o canal temático de informação da radiotelevisão portuguesa que vamos estudar. A nossa atenção vai focar-se no conceito de serviço público e nos seus princípios norteadores.

A existência de um serviço público de televisão está consagrada em três documentos diferentes: na Constituição da República Portuguesa, na Lei da Televisão e no Contrato de Concessão de Serviço Público em vigor.

No ponto 5 do artigo 38º da Constituição da República Portuguesa é referido que «o Estado assegura a existência e o funcionamento de um serviço público de rádio e de televisão». Ao mesmo tempo, «o exercício da actividade televisiva é regulado pela Lei de Televisão. Este documento legal estabelece os requisitos dos operadores e as normas de licenciamento de canais, atribui ao Estado a responsabilidade do serviço público, determina os parâmetros para a liberdade de informação e programação e fixa os limites



da publicidade (Lei da Televisão n.º 27/2007, de 30 de Julho). O artigo 5º do capítulo 1 diz que «o Estado assegura a existência e o funcionamento de um serviço público de televisão». No capítulo 5 é dito que «a concessão do serviço público de televisão é atribuída por períodos de 16 anos, nos termos de contrato a celebrar entre o Estado e a sociedade concessionária».

No contrato de concessão de serviço público em vigor considera-se «que é imperativo do Estado assegurar a existência e o funcionamento de um serviço público de televisão (...) devendo para isso garantir os meios necessários, suficientes e apropriados à sua prestação».

As opiniões acerca do meio televisivo são variadas. O debate sobre o que é e/ou deve ser o Serviço Público de Televisão também. Mas há um aspecto sobre o qual, muitos daqueles que debatem este assunto concordam: a televisão de Serviço Público, tal como a temos vindo a conhecer, não cumpre todos os deveres de que está incumbida. Há 50 anos Marcello Caetano citado por Francisco Rui Cádima (1999: 50) já dizia que “a televisão não é boa nem má, depende do uso que se faz dela”. Helena Sousa conclui, «em Portugal, a televisão nunca existiu nem existe para servir os telespectadores» (Sousa:Pag121).

No livro *Elogio do Grande Público: uma teoria crítica da televisão*, o sociólogo francês Dominique Wolton (1994: 24) refere três ideias que estão provavelmente na origem da televisão pública na Europa: «primeiro, o receio suscitado por este novo *medium*, ainda mais inquietante do que a rádio, na medida em que traz imagem; em seguida, houve uma espécie de reacção negativa instintiva contra o modelo de organização privada da televisão americana, que se desenvolveu largamente durante a guerra; por fim, surgiu a ideia, propalada entre os primeiros profissionais da televisão, os políticos, os intelectuais e a elite culta em geral, de que a televisão, bem utilizada, poderia ser um fantástico instrumento de democratização cultural».

O aparecimento do Serviço Público de Televisão, com as características que nos fomos habituando a identificar, «costuma associar-se à criação da BBC, em 1926, cujo carácter pioneiro acabou por servir, em boa medida, de “padrão” e modelo orientador





para os diversos países do espaço europeu» (Fidalgo, 2003: 23). Contrariamente aos Estados Unidos da América, a Europa confinou o controlo da radiotelevisão ao Estado.

Felisbela Lopes aponta cinco grandes princípios clássicos do serviço público. São eles a igualdade, a neutralidade, a continuidade, a mutabilidade e a participação dos cidadãos. O princípio da igualdade «coloca todos os cidadãos ao mesmo nível perante a lei, impedindo qualquer discriminação» (Lopes, 1999:136). O serviço público de televisão põe todos os telespectadores em pé de igualdade, na medida em que todos aqueles que partilhem a nacionalidade do órgão de comunicação em causa têm igual acesso ao mesmo. Mas esta igualdade deve ser efectivada em termos de oportunidade de participação nos canais de comunicação.

No artigo 51 da actual Lei da Televisão (Lei n.º 27/2007 de 30 de Julho) refere-se que uma das obrigações da concessionária do serviço público de televisão é fornecer uma programação variada e abrangente, que promova a diversidade cultural e que tenha em conta os interesses das minorias. É neste sentido que Felisbela Lopes refere que a informação televisiva de um canal de serviço público deve promover os valores das maiorias e das minorias, as realidades quer urbanas quer rurais, tanto as posições oficiais como as posições populares (1999:136).

Outro princípio evocado é o da neutralidade, um princípio moral que orienta o serviço público naquilo que presta, impedindo juízos de valor. Desta forma, este serviço deve funcionar com vista a satisfazer o interesse geral. É este princípio que preside ao reconhecimento do acesso de todos à antena, e diz respeito aos deveres que os serviços públicos têm para com os seus utilizadores. Pressupõe que as emissões sejam abertas a diferentes grupos da sociedade para que nelas sejam expostos diversos pontos de vista.

O princípio de continuidade, por sua vez, «abrange de todos os órgãos de soberania de quem se espera um trabalho regular».

O princípio da mutabilidade diz respeito à adaptação constante à sociedade que se impõe à televisão pública. Esta caracteriza-se por permanentes mutações a todos os níveis, como, por exemplo, mudança ao nível dos hábitos e gostos do público. Deve, por isso, repercutir-se quer em termos de informação, quer de entretenimento. «Apesar de a esfera pública da nossa sociedade ter sofrido várias metamorfoses, de modo a incorporar



novas realidades, a programação jornalística não soube acompanhar estas evoluções», sublinha Felisbela Lopes (2007:135).

Por último, mas não menos importante, temos a participação dos cidadãos no serviço público de televisão. Constitui um contra-senso a existência de um serviço público sem a participação activa do público (Pinto:2003, 49).

Problematizar o conceito de serviço público implica obviamente falar da Radiotelevisão portuguesa. A verdadeira história da televisão portuguesa surgiu a 15 de Dezembro de 1955 com a RTP1 (Rádio e Televisão Portuguesa), a empresa pública de rádio e televisão. Contudo, as emissões regulares só se iniciariam a partir de 7 de Março de 1957, por iniciativa do Governo. A RTP teve o monopólio sobre o panorama do audiovisual português até ao aparecimento dos canais privados, em 1992.

O financiamento da RTP é feito através de receitas publicitárias e do Orçamento do Estado.

No artigo 57º do Capítulo V da Lei da Televisão (n.º 27/2007, de 30 de Julho) é dito que «o Estado assegura o financiamento do serviço público de televisão e zela, pela sua adequada aplicação, nos termos estabelecidos na lei e no contrato de concessão».

A Lei n.º 30/2003 de 22 de Agosto aprova o modelo de financiamento do serviço público de radiodifusão e de televisão. No artigo 1 da citada lei é estabelecido que:

1 — O Estado assegura o financiamento do serviço público de radiodifusão e de televisão nos termos estabelecidos na presente lei e nos respectivos contratos de concessão.

2 — O financiamento do serviço público de radiodifusão é assegurado por meio da cobrança da contribuição para o áudio-visual.

3 — O financiamento do serviço público de televisão é assegurado por indemnizações compensatórias e pela receita da contribuição para o áudio-visual que não seja utilizada nos termos do número anterior.

4 — As receitas de publicidade do operador que explore a concessão geral de serviço público ficam afectas ao serviço da dívida consolidada e, posteriormente, a novos investimentos, não sendo utilizáveis para financiar a sua exploração corrente.



5 — Em conformidade com o disposto no n.º 1, os encargos de financiamento do serviço público de radiodifusão e de televisão serão previstos num horizonte plurianual, com a duração de quatro anos, com o objectivo de permitir uma adequada e eficaz gestão de recursos, de acordo com a evolução previsível da conjuntura económica e social.

O investigador Francisco Rui Cádima (1995:20) refere que «depois de extinta a taxa de TV pelo Governo de Cavaco Silva, em 1991, taxa que foi durante muitos anos a principal fonte de receita da RTP, a televisão pública portuguesa depende agora quase exclusivamente das receitas da publicidade e, claro, dos apoios estatais».

A história da televisão pública é marcada pelas permanentes pressões a que sempre esteve sujeita, ora por parte do Estado, ora por parte do mercado.

Tal como prevêm os princípios estruturantes do serviço público, é necessário que a televisão de serviço público se demarque clara e definitivamente de um serviço ao Estado ou ao Mercado, e não se dirija ao consumidor mas sim ao cidadão.

No artigo 50º do Capítulo V da Lei da Televisão (n.º 27/2007, de 30 de Julho) é referido que «a estrutura e o funcionamento do operador de serviço público de televisão devem salvaguardar a sua independência perante o Governo, a Administração Pública e os demais poderes públicos, bem como assegurar a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião».

No Contrato de Serviço Público em vigor, considera-se que «que a Televisão de Serviço Público deve ser independente face ao poder político, ao poder económico e aos diversos grupos de influência que se movem na sociedade, transmitindo uma programação e informação que suscite uma genuína confiança na população e que «a Televisão de Serviço Público deve manter independência em relação aos anunciantes e patrocinadores dos seus serviços de programas, limitando a sua faixa de publicidade dentro de franjas apertadas e razoáveis».

Joaquim Fidalgo (1999:27) fala-nos de três momentos diferentes do conceito de Serviço Público. No início, «significava, essencialmente, uma “utilidade pública”, garantindo a difusão universal, à escala de um país, de um novo meio de informação e entretenimento, acessível a todos e razoavelmente eficiente». O acento colocava-se no



Estado. Citando Syversten, Fidalgo (2003:27) diz que “não havia grande referência a conteúdos concretos ou a valores a prosseguir, algo que se vai descobrindo progressivamente quando “serviço público de televisão” se associa cada vez mais a “serviço da esfera pública”, ou seja, à garantia de que todos os membros da sociedade têm acesso à informação e conhecimento de que precisam para cumprir os seus deveres cívicos”. Esta outra aceção do conceito de Serviço Público supõe um afastamento do Estado, e também do Mercado. Os membros do público passam a ser vistos como cidadãos. Um terceiro, e último momento, tem-se desenvolvido nos últimos anos. A tónica do Serviço Público de televisão passa a colocar-se «no serviço ao público, e na satisfação do espectador/consumidor com o público a ser basicamente entendido como audiência – e audiência quantitativa, mensurável a cada momento, para permitir uma adequação ao seu gosto» (Fidalgo, 1999:27).

Actualmente, o objectivo é satisfazer o espectador. Visto assim, esse serviço poderia ser prestado por quem o garantisse de forma mais eficaz, seja por uma entidade pública ou privada. «Desaparece assim, a ideia originária de que quem estava em condições de fornecer um “serviço público” era uma “televisão pública”...e começa a defender-se que este serviço pode ser subcontratado a televisões privadas» (Fidalgo, 1999:27). Ainda segundo Fidalgo, em abono desta tese, surge a constatação de que as grelhas de programação dos canais públicos se assemelham, cada vez mais, às dos privados.

Segundo Felisbela Lopes (1999:37), «o aparecimento dos operadores privados de televisão provocou mudanças significativas na política financeira dos canais públicos, principalmente quando estes tinham na publicidade a sua principal fonte de receita (Lopes, 1999:37). Acrescenta ainda a investigadora o seguinte: «apesar do serviço público de televisão ter missões específicas (sendo, para isso, financiado pelo Estado), em muitos países a política concorrencial entre as televisões públicas e privadas é visível, principalmente no domínio da publicidade».

A concorrência é visível em Portugal, e as grelhas de programação dos canais públicos e privados têm muitas semelhanças. A televisão generalista de serviço público tem programas dirigidos para uma maioria da população, esquecendo muitas vezes as



assimetrias do país real, numa lógica de incessante procura de audiências. Mas todas estas televisões são canais generalistas, a quem a lei impõe uma programação diversificada.

«O que justifica o papel da televisão generalista: oferecer um amplo leque de programas para satisfazer o maior número possível de públicos e deixar lugar para públicos inesperados» (Wolton, 1999: 108). Felisbela Lopes apresenta um pensamento semelhante, ao defender que é imprescindível que o conjunto de programas apresentados por uma televisão generalista de serviço público «reflecta a heterogeneidade social e cultural de determinada comunidade» (1999:132). O artigo 34º da actual Lei da Televisão (Lei n.º 27/2007 de 30 de Julho) refere isto mesmo, ou seja, que é obrigação dos operadores de televisão assegurar, incluindo nos horários de maior audiência, a difusão de uma programação diversificada e plural. Também no artigo 51º, do Capítulo quinto da Lei de Televisão é dito que consiste uma obrigação da concessionária de serviço público «apresentar uma programação que promova a formação cultural e cívica dos telespectadores, garantindo o acesso de todos à informação, à educação e ao entretenimento de qualidade.

De facto, as televisões têm um grande espaço de liberdade, mas não podem fazer tudo, porque a sua natureza generalista lhes impõem uma oferta diversificada e a legislação do sector dos *media* coloca entraves a alguma opções» (Lopes, 2007:136).

Contudo, a regulamentação que temos não é suficiente para garantir um efectivo cumprimento da Lei da Televisão e das leis que regulam a concessão do serviço público de televisão. A televisão, como sabemos, é o meio através do qual um maior número de pessoas adquire a informação. Ora, se esta informação não for diversificada, isso vai demarcar grandemente os horizontes daqueles que a recebem. Vai impor realidades muito limitadas que não correspondem ao que realmente existe. Ao chamar-se a atenção para determinados temas, vai-se orientar a percepção que os indivíduos têm da sociedade. Até porque, não podemos partir do pressuposto de que a programação que os públicos querem ou gostam é aquela que a audimetria indica. «A questão radica na formação dos gostos da sociedade. Se uma sociedade se habitua a determinadas propostas e à ocultação de outras, só pode eleger entre o que lhe é oferecido e nunca



entre o que lhe é ocultado. O que é atractivo num período deixa de sê-lo noutro» (Herreros, 2004:48).

Manuel Pinto resume bem esta questão ao dizer que «a televisão de serviço público se diferencia como realidade específica, quando e na medida em que se assume como uma instituição da sociedade, agindo em estreita relação com as outras instituições, vocacionada para lhe dar vez e voz, sem estar condicionada pelas exigências do sucesso, embora também não as enjeitando (2003: 14/5). Assim, a vida social deve ser o centro de gravidade a partir do qual o serviço público é pensado, se estrutura e se concretiza.

A televisão de serviço público deve, segundo o mesmo investigador, diferenciarse pelo seu carácter de referência e exemplaridade. Colocar a fasquia da exigência o mais elevada possível, em tudo o que fizer, para desse modo cumprir com rigor e isenção as finalidades que lhe são incumbidas: informar, formar e entreter

«Nenhum género deve ser, à partida estranho à televisão de serviço público, porquanto a “pedra-de-toque” não se situa ao nível dos géneros, mas antes no modo de os tratar e de confeccionar com eles a grelha de programação (Pinto, 2003:16)

O serviço público deve ter em conta as debilidades da nossa sociedade e saber acompanhar a sua evolução, para desse modo, ter razão de existir. Não se justifica a existência de um serviço público se este não cumprir todas as regras que lhe são impostas e que devem ser mais clarificadas e reforçadas. Deve, ao mesmo tempo, ter em conta as diferentes faixas etárias da população e os respectivos gostos. Um serviço que não exclua nenhum cidadão e que envolva de forma activa nos serviços que presta. Constitui um contra-senso a existência de um serviço público sem a participação activa do público. A orientação para a cidadania é o critério determinante para a organização do serviço público de televisão (Pinto, 1999: 49).

Na nossa investigação, vamos focar-nos no estudo de um programa noticioso do canal temático de informação do serviço público – a RTPN, que iniciou as emissões a 31 de Maio de 2004 e veio substituir a NTV que tinha surgido a 15 de Outubro de 2001. Dominique Wolton (1994: 115) designa de televisão fragmentada a televisão temática e refere que é «uma televisão concebida para um público específico. A ideia base é a de



não propor uma programação que misture géneros, mas tomar estritamente como alvo uma população, um público».

O canal noticioso por cabo produz e apresenta informação «dirigida à totalidade do território nacional, procurando a proximidade a cada região através de conteúdos que lhe são específicos. «Apostando na qualidade e no rigor, a informação ocupará a maior parte do espaço da grelha (Lima, 2005: 60). De acordo com Maria Lima, para além dos espaços noticiosos, a RTPN aposta em magazines e debates informativos sobre questões da actualidade, dando a conhecer protagonistas menos mediatizados e representativos do todo nacional. Programas de qualidade, alternativos às televisões de sinal aberto e dirigidos ao público específico da televisão por cabo, nomeadamente programas de descoberta e conhecimento dedicados a um público mais exigente e numa linha jovem de entretenimento com enfoque na música, sociedade e desporto.

A existência deste canal de informação está consagrada no contrato de concessão, onde é referido que integra o serviço público de televisão «um serviço de programas orientado para a prestação especializada de informação, concedendo particular atenção a temas com interesse para regiões e comunidades específicas, em articulação ou não com os demais serviços de programas televisivos, nomeadamente em matéria de gestão conjunta de direitos».

No mesmo contrato é ainda dito que «o serviço de programas temático informativo da concessionária do serviço público de televisão destina-se à prestação especializada de informação nas suas diferentes formas, designadamente noticiários, reportagens, documentários e debates, com destaque para temas, ideias e protagonistas não habitualmente representados na comunicação social, como os que relevam da área cultural ou científica, e concedendo especial atenção a temas com interesse para regiões e comunidades específicas».



## CAPÍTULO II

### 2. O Jornalismo Televisivo

#### 2.1. A predominância da imagem na informação televisiva

Importa no âmbito deste trabalho abordarmos as especificidades da informação televisiva, sobretudo daquela que é feita ao ritmo diário nos canais de televisão de serviço público, nomeadamente do canal informativo por cabo, a RTPN.

A comunicação constitui uma das necessidades mais primárias da vida em sociedade. É, seguramente, uma condição básica e fundamental para uma sociedade democrática, autónoma e provida de conhecimento.

A informação é um importante instrumento na realização do processo comunicacional, na medida em que permite ao indivíduo instruir-se, ao mesmo tempo que acompanha a actualidade. Para se compreender a realidade da mensagem informativa, é necessário conhecer e compreender o papel dos meios de comunicação na sociedade reconhecendo, ao mesmo tempo, a sua importância. Quando se fala do papel dos *media* são referidas tradicionalmente três funções essenciais, uma das quais se prende com a finalidade de informar (Lopes, 1999:51).

De facto, a informação permite ao cidadão um conhecimento profundo relativo a acontecimentos ligados à sociedade em si, ao país e ao mundo. A busca de informação pelo homem baseia-se nas suas aspirações e no desejo de procurar conhecimento. Nas sociedades primitivas, os homens possuíam formas rudimentares de comunicar necessárias à sua sobrevivência. Contudo, “as pessoas, através dos séculos, foram aprimorando a arte de contar histórias e novidades e também a arte de transmitir fidedignamente essas histórias e essas novidades aos seus semelhantes” (Sousa, 2005: 15). Passámos do telégrafo, ao telefone, à imprensa escrita, ao rádio e à televisão.





Quando se fala do papel dos meios de comunicação social na veiculação da informação, a televisão assume neste campo um papel preponderante. Ignacio Ramonet (1999:27) refere exactamente isto ao dizer que depois da Guerra do Golfo, em 1991, a televisão tomou o poder e que se tornou, actualmente, o principal médium de informação. Hoje é ela que serve de modelo, que determina a importância das notícias, que fixa os temas da actualidade.

De acordo com Francisco Iglesias (1990:17), «em troca dos nossos ouvidos e dos nossos olhos, a televisão empresta-nos a sua voz e o seu olhar, para nos dizer e ensinar o que, de outra forma, talvez não pudéssemos ver nem escutar. De certo modo, já não vemos com os nossos próprios olhos, não ouvimos com os nossos ouvidos. Vemos e escutamos o que as câmaras e microfones presenciam e ouvem por nós. Substituíram-nos. Ocuparam o nosso lugar.»

Hoje em dia, a televisão instalou-se no universo doméstico, projectando imagens de uma janela aberta sobre o mundo. Se ver televisão é economicamente um fenómeno de massas, é, para cada telespectador, uma demarca individual, ligada a múltiplas implicações pessoais (Bourges, 1993: 12). Em televisão, a mensagem informativa comporta um peso importante, na medida em que «é muito mais complexa, pois soma a palavra (com elementos próprios da linguagem escrita), o som (com elementos próprios da linguagem radiofónica) e a imagem, que tem os seus códigos próprios» (Fontecuberta, 1999: 77).

Giovanni Sartori (2000:22) refere que «a televisão, como o próprio nome indica, é ver de longe, isto é, trazer à presença de um público de espectadores para verem de qualquer parte, de qualquer lugar e distância» Na televisão verifica-se uma primazia da imagem relativamente à palavra. «O vídeo está a transformar o Homo Sapiens, produto da cultura escrita, em Homo videns, no qual a palavra é destronada pela imagem. Tudo agora é visualizado» (Sartori, 2000:22). Para o autor, quaisquer que sejam os desenvolvimentos visuais do “videover” é a televisão que modifica, em primeiro lugar, a própria natureza da comunicação, deslocando-a do contexto da palavra para o contexto da imagem.



«Ao tomar a dianteira na hierarquia dos *media*, a televisão impõe aos outros meios de informação as suas próprias perversões, acima de tudo, o seu fascínio pela imagem (Ramonet: 1999:27). Para o autor esta é uma ideia fundamental, no sentido de que só o que se vê merece ser objecto de informação e aquilo que não é visível e que não tem imagem não é televisivo, portanto não existe do ponto de vista mediático».

E é neste sentido que a investigadora Felisbela Lopes (2007: 13) refere que «parte da informação que absorvemos é difundida pelo pequeno ecrã e o mundo lá se vai redimensionando à medida daquilo que o audiovisual reconstrói». Porque, de facto, toda a informação jornalística significa a reconstrução de diversas realidades, a construção de histórias. «Estruturada e estruturante relativamente àquilo que lhe é exterior, a informação televisiva não é um espelho do real. A mediatização de qualquer facto pressupõe o deslize daquilo que se trata para o interior de um quadro que o retira do seu meio natural, instalando-o numa cena mediática por natureza artificial e com forte poder de imposição» (Lopes:2007:243). Rogério Santos afirma que a notícia aponta a realidade, mas não é a própria realidade. Citando Berger e Luckman, o investigador diz que a notícia é antes uma construção social da realidade (2006:29).

Vivemos numa sociedade complexa e pluralista, num mundo caracterizado por uma superabundância de acontecimentos. Os media filtram e constroem a informação através de diferentes modalidades, que fazem com que um acontecimento se transforme em notícia. Pierre Bourdieu ilustra bem isto ao afirmar que «os jornalistas têm os seus óculos particulares através dos quais vêem umas coisas e não outras; e vêem de uma certa formas as coisas que vêem». (1997:12).

A prática jornalística, inclusivamente, aquela que é exercida no contexto televisivo implica três opções: incluir, excluir e hierarquizar a informação. Valorizar um acontecimento, seleccioná-lo e hierarquizá-lo são condutas essenciais ao jornalismo e permitem, ao mesmo tempo, que alguns factos sejam divulgados e outros não (gatekeeping). O gatekeeper tem como função seleccionar os acontecimentos jornalisticamente interessantes.

A noticiabilidade de cada acontecimento consiste na sua aptidão para se tornar notícia. Mauro Wolf (1997: 175) define noticiabilidade como «um conjunto de



elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que seleccionar as notícias, definindo os valores-notícia como uma componente da noticiabilidade». Com base nos valores notícia o jornalista selecciona os acontecimentos que julga que devem ser notícia.

«Actualidade, proximidade, importância, relevância pessoal, expectativa, raridade, conflito e emoção» são os critérios de noticiabilidade apontados por Joaquim Letria (2000: 29). Estes valores variam de autor para autor. No contexto do nosso estudo daremos mais atenção ao valor-notícia da imprevisibilidade, ou seja, entre dois acontecimentos parecidos terá mais hipótese de selecção, o mais imprevisível e raro. A previsibilidade ou imprevisibilidade dos acontecimentos permite a sua diferenciação. Neste sentido, pode falar-se em acontecimentos imprevistos como os “verdadeiros” acontecimentos. Por outro lado, referem-se os acontecimentos planeados como os acontecimentos provocados com a finalidade de serem objecto dos discursos jornalísticos, isto é, são acontecimentos idealizados para se tornarem notícia (Sousa, 2003: 71).

Os meios de comunicação ao optar por determinado acontecimento em detrimento de outros indicam aos seus destinatários os temas sobre os quais devem pensar, os conteúdos que devem incluir ou excluir do seu conhecimento e os acontecimentos aos quais devem dar ou não importância (Sousa, 2003: 71). De acordo com Rogério Santos (2006: 62), a agenda de determinado meio de comunicação «é constituída pelo conjunto de temas e problemáticas com conhecimento prévio de ocorrência diária ou periódica regular, que garante a elaboração das notícias que farão parte de um jornal».

Enric Saperas (1993:55), citando Bernard Cohen, afirma que «a maior parte das vezes, a imprensa não tem êxito dizendo às pessoas o que não se deve pensar, mas têm sempre êxito dizendo aos seus leitores aquilo sobre o que não se deve pensar». O autor refere ainda que quanto maior for a ênfase dos media sobre um tema, maior será o incremento da importância que os membros de uma audiência atribuem a esses temas enquanto orientadores da atenção pública. Isto leva então a uma relação entre a agenda dos *media* e agenda pública.



«As pessoas falam do que se fala na televisão, na rádio e na imprensa, e, além da vizinhança mais próxima, ignoram os acontecimentos aos quais não foi reconhecida a qualificação de noticiáveis» (Fontcuberta, 1999: 29). Desta forma, grande parte dos factos que não aparecem nos meios de comunicação social tornam-se irrelevantes ou mesmo inexistentes aos olhos dos cidadãos.

Muitas são as vozes que se levantam para reconhecer a incapacidade da televisão para informar convenientemente o público. É neste seguimento que Jean Jacques Jaspers (1998:82) refere que «seja qual for a qualidade do trabalho dos jornalistas de televisão este meio de comunicação não será suficiente para fornecer a informação que o público precisa». Giovanni Sartori diz que a televisão dá menos informação que quaisquer outros instrumentos de informação. «O que muda é o critério de selecção das informações (...), a informação que conta é a que melhor se pode filmar; e se não houver filme, também não há notícia» (2000: 73). Os coordenadores de informação deparam-se muitas vezes com seguinte situação: ter uma notícia importante em mão, que julgam que deve ser do conhecimento público, e não ter imagens que a retratem. Nesta condição opta-se, algumas vezes, por dar a notícia a “seco”, como se diz na gíria jornalística.

Em televisão dar uma notícia sem imagens que a suportem e a contextualizem mostra realmente as limitações deste tipo de jornalismo que está, por isso, muito dependente das agências internacionais de informação. «Devido à supremacia da imagem a TV está muito dependente das grandes agências internacionais de notícias, das agências de reportagem televisiva, das cadeias de TV que vendem imagens e dos sistemas internacionais de troca de notícias» (Jaspers, 1998:83).

«Quando falta o material visual, as cadeias não hesitam em fabricá-lo artificialmente, apresentando imagens de síntese “mais reais do que as autênticas (Ramonet, 1999:91). Ignacio Ramonet, citando Hervé Brusini, diz que muitas vezes não existe qualquer imagem e que então fabrica-se uma abstracta que pode ser um mapa ou um carro desenhado. Do que foi exposto, depreende-se que, ao mesmo tempo que a imagem é a força da televisão, ela é também o seu maior constrangimento ou entrave. Jean Jacques Jaspers (1998:64) é um dos vários autores que aponta a predominância da



imagem como uma das debilidades do jornalismo televisivo. «A necessidade de juntar imagens ao texto pode ser mesmo uma limitação à capacidade de informar» (Jespers, 1998:69).

Noutras situações, quando não existem imagens que ajudem a contar a história os jornalistas de televisão recorrem a uma filmoteca especializada com imagens de arquivo sobre os mais diversos assuntos, que foram utilizadas ao longo dos anos nos mais diversos trabalhos noticiosos realizados na empresa.

Consequentemente, «o ter de “mostrar” gera também o desejo ou a exigência de “se mostrar”. Isso produz o pseudo – acontecimento, o acontecimento que só acontece porque lá está uma câmara de televisão para o filmar, o que de outra forma não aconteceria.» (Sartori, 2000:75). Alguns autores defendem ainda que a predominância da imagem leva a uma certa espectacularização da informação televisiva, porque a imagem apela ao sentimento. De acordo com João Canavilhas (s/d:7), sendo a imagem o elemento que torna a televisão no meio de comunicação mais poderoso, a facilidade com que se pode manipulá-la torna a edição num elemento fundamental da espectacularização. Ignacio Ramonet, por exemplo, explica que «os acontecimentos que produzem imagens com impacto – violência, guerras, catástrofes, sofrimento – sobrepõem-se à partida na actualidade: impõe-se aos outros assuntos mesmo que a sua importância seja absolutamente secundária» (1999:27-28). Para o autor, o choque emocional causado pelas imagens televisivas não tem comparação possível com o que os outros *media* podem provocar.

Quando diariamente ligamos a televisão para ver os diferentes noticiários, não imaginamos todos os processos que estão inerentes à construção noticiosa. A imagem da notícia televisiva resulta de várias opções quer no local do acontecimento, quer depois na hora de editar a peça informativa. «A imagem televisiva é o resultado de uma série de escolhas e de modificações: para além dos processos já expostos de selecção e hierarquização da informação, o enquadramento da câmara, a montagem assim como o comentário são outras tantas intervenções sobre o real» (Jespers, 1998:70).

Para Felisbela Lopes (1999:76), sendo o repórter obrigado a ilustrar aquilo que noticia com imagens, ele nem sempre consegue os melhores planos do



acontecimento, pondo, por vezes, no ar imagens verosímeis, mas afastadas da verdade. João Canavilhas vai ainda mais longe ao afirmar que «a decisão de mostrar umas imagens e ocultar outras, a distribuição das imagens ao longo da peça e a sua própria sequência permitem uma enorme infinidade de possibilidades para explorar a vertente espectacular da notícia (s/d:7).

Ao mesmo tempo, existem determinados assuntos que não se conseguem explicar por imagens. Muitas vezes, sem o discurso oral do jornalista ou do pivot algumas imagens tornavam-se imperceptíveis aos olhos do público. Jean Jacques Jaspers explicita esta situação ao dizer que «algumas informações são dificilmente transmitidas pela imagem: “podem multiplicar até ao infinito todas as imagens imagináveis de partos, de creches, mas não serão capazes de mostrar uma taxa de natalidade» (Jaspers, 1998: 91).

## **2.2. Telejornal em horário nobre: momento privilegiado de contacto com o público**

No contexto televisivo, o telejornal é o meio favorecido para transmitir informação e uma das vias privilegiadas de seguimento da actualidade, impondo a agenda dos telespectadores e condicionando a representação que têm da sociedade.

Por telejornal entende-se uma «coleção de estórias seleccionadas e organizadas» escreve Weaver (apud Lopes, 1999: 119). Jaspers (1998: 175) considera o telejornal um género televisivo em si, com as suas regras de selecção.

Do ponto de vista de Felisbela Lopes (1999:11-12), «o telejornal é uma instituição. É uma instituição, antes de mais, porque institui aquilo que, em cada dia, o canal que o emite e os profissionais que o fazem considerarem ser notificado, enunciado e divulgado. É-o, ainda, por instituir, nas nossas casas e nas nossas vidas, hábitos, rotinas, rituais, visões e representações do mundo».

No contexto deste estudo, aquilo que importa focar é a informação televisiva de serviço público difundida em horário nobre, mais precisamente a do canal temático de



informação – RTPN. «O serviço noticioso da televisão difundido em prime time é talvez dos géneros e “produtos” televisivos em que, de um modo mais notório, se expressa a dimensão da construção social da realidade inerente a todo o trabalho mediático» (Lopes, 1999: 12).

O estudo da investigadora Felisbela Lopes, convertido no livro *O Telejornal e o Serviço Público*, analisou o tipo de informação dada aos portugueses no Telejornal da RTP1. Concluiu que durante o período de observação (1988, 1992) o Telejornal não nos deu a conhecer devidamente a realidade do Porto, não fez uma cobertura equilibrada daquilo que se passa no resto do país, e que a atenção dada às ilhas foi insuficiente. Houve realmente um esquecimento do resto do país dado que a atenção se centrou na capital, e nos foi dada apenas a conhecer «a realidade de uma elite, a do poder» (Lopes, 1999: 146).

Ao mesmo tempo, verificou-se durante o período em estudo uma certa hegemonia dos assuntos políticos e uma prioridade dada às fontes oficiais para testemunharem ou veicularem informação. Contudo, o poder de informar e de fortalecer a coesão nacional com alguma extensão só é exercido se os factos noticiados forem diversificados temática e geograficamente.

Deste modo, foram esquecidos, em parte, os princípios que devem nortear a informação de serviço público. Falamos do princípio da mutabilidade (adaptação ao progresso social); o da igualdade (promoção dos valores quer das maiorias, quer das minorias; quer das realidades urbanas quer das realidades periféricas; quer das posições oficiais, quer das posições dos cidadãos comuns); e o da neutralidade que exige a imparcialidade informativa: equilíbrio e pluralismo (Lopes, 1999:86/87).

O sociólogo francês Dominique Wolton, acérrimo defensor da televisão generalista, afirma que a televisão se assemelha um pouco à meteorologia. «É certo que estamos interessados em primeiro lugar na meteorologia da nossa região (...), mas não tenhamos ilusões sobre a autonomia da meteorologia da nossa região; não é possível do resto do contexto mesmo se cada um crê viver num micro – clima» (Wolton, 112:1999). Felisbela Lopes refere que se estas afirmações forem transpostas para um alinhamento



do telejornal, defender-se-á uma informação diversificada integradora de diferentes realidades.

A informação de serviço público tem responsabilidades acrescidas. «Promover o rigor naquilo que se transmite, afastar a informação da noção de mercadoria e aproximar o telespectador do cidadão são os vectores que se pretendem ver implantados nas emissões informativas do sector público» (Lopes, 1999:84). A informação de serviço público deve ser o resultado do contraste entre diversas fontes; deve oferecer uma visão contextualizada e global dos factos; deve promover o aprofundamento dos temas de actualidade dos mais diversos quadrantes e deve procurar cobrir equilibradamente todo o território, sem preferências, nem exclusões.

No fundo, deve procurar sempre atingir o máximo rigor, isenção e pluralismo. Deve ter uma linha editorial diversificada que, ao mesmo tempo, deve promover a cidadania. «Uma informação pluralista (nos temas, nas fontes e nos territórios mediatizados) contribui decididamente para a aproximação de gentes com diferentes modos de vida» (Lopes, 1999: 87).

Mais do que qualquer outro canal de serviço público, o canal temático de informação – RTPN - deve-se orientar-se pelos critérios anteriormente referidos e, se respeitar o contrato de concessão de serviço público de televisão, deve ter especial cuidado com a pluralidade de temas e de vozes. Na cláusula 5 do referido contrato é dito que cabe ao segundo outorgante assegurar «uma informação precisa, completa e contextualizada, imparcial e independente perante poderes públicos e interesses privados». Já na cláusula 7 refere-se que consiste numa obrigação específica da concessionária «proporcionar uma informação isenta, rigorosa, plural e contextualizada, que garanta a cobertura noticiosa dos principais acontecimentos nacionais e internacionais».





## CAPÍTULO III

### 3. Estágio em Informação Televisiva

Falar das nossas experiências de estágio implica recordarmos importantes momentos de aprendizagem. Nunca tivemos dúvidas sobre a profissão que gostaríamos de exercer. Ser jornalista fez, desde cedo, parte dos nossos horizontes. Com o decorrer da formação na Universidade do Minho, no curso de Ciências da Comunicação e, depois, no Mestrado em Informação e Jornalismo tornamos ainda mais claros os nossos objectivos. Trabalhar como jornalista de televisão passou a ser um sonho que ansiamos ver concretizado.

Chegada a etapa de realizar o estágio curricular, foi-nos dada a oportunidade de estagiar na radiotelevisão portuguesa, a televisão generalista de serviço público. Este foi para nós motivo de grande satisfação e de sentimento de objectivo cumprido. Era a oportunidade de aprofundarmos conhecimentos na área da informação televisiva.

Quando chegamos à RTP deparamo-nos com uma realidade muito diferente daquela que esperávamos encontrar. Sabíamos que a radiotelevisão portuguesa era uma empresa de grandes dimensões, mas julgávamos que a delegação de Gaia fosse mais pequena. Não tínhamos, de todo, noção de todo o trabalho que ali é desenvolvido.

Assim, no primeiro dia de estágio fizemos uma visita guiada muito superficial pelas instalações que compõem a RTP, que serviu para nos começarmos a aperceber das dinâmicas da empresa. Contudo, era tudo demasiado novo, demasiado recente. A nossa cabeça transformara-se num turbilhão de ideias e de dúvidas. Será que iríamos ser capazes de enfrentar esta nova etapa das nossas vidas? Será que iríamos estar à altura?

Com o passar do tempo, apercebemo-nos que as dúvidas só nos estavam a ajudar a querer saber sempre mais, a querer transformar as incertezas em certezas. Apercebemo-nos também de todas as limitações que a imagem colocava à informação televisiva, que abordamos no ponto anterior.



Na primeira semana de estágio estivemos com os jornalistas responsáveis pela secção do Internacional. Foi nesse momento que tivemos contacto, pela primeira vez, com o programa de edição (ENPS) utilizado pela informação da RTP/RTPN e que começamos a aperceber-nos do papel fulcral das agências internacionais, sobretudo nesta secção informacional. Apesar de a RTP ser a estação de televisão portuguesa com mais correspondentes em vários pontos do nosso planeta, como por exemplo, em Espanha, Estados Unidos da América, Guiné-Bissau ou Brasil, está muito dependente de várias agências de notícias internacionais: Associated Press Television News (APTN), Eurovision, Reuters ou Agence France Press (Agence France Press (AFP)).

Os jornalistas do Internacional entram normalmente pelas sete da manhã e logo começam a ver as informações que estão a chegar, a recolher e seleccionar informação, a contrastar fontes e informações e a escolher as imagens mais importantes e com mais qualidade. Posto isto, seleccionam os acontecimentos que se devem tornar notícia. Na nossa primeira semana de estágio, fazíamos durante a manhã uma das notícias que iria sair no Jornal da Tarde da RTP e, mais tarde, comparávamo-la com a do Jornalista que nos tinha estado a acompanhar. No final, íamos para uma das “ilhas de montagem” assistir à edição da notícia.

Logo aqui nos apercebemos de como era, muitas vezes, uma tarefa difícil “pintar” o texto da peça com imagens vindas das agências. A qualidade nem sempre é a melhor e os planos de imagens são frequentemente pobres ou curtos. Até esta altura, não tínhamos noção de que editar uma peça era um processo tão moroso, de perspicácia e que requer muita atenção e criatividade.

Não conseguimos ficar indiferentes à frase que estava presente em cada “ilha de montagem” e que pertence ao cineasta Stanlae Kubrick: «Acho que, acima de tudo, amo a montagem. É a coisa mais próxima de um lugar onde se faz lugar criativo. O set de um filme é talvez o pior lugar jamais arranjado para criar. As filmagens são a parte da realização de que gosto menos. (...) Era como se um escritor tentasse escrever um livro



a trabalhar ao torno de uma fábrica. Além disso, a montagem é o único aspecto específico da arte cinematográfica. Na fase da montagem, a minha identidade transforma-se na de um montador. Nesse momento, não me interessa o difícil que foi rodar determina coisa (...) Brincando posso dizer que tudo o que precede a montagem é simplesmente uma maneira de produzir película para montar».

Alguns autores associam a montagem à possibilidade de manipulação da imagem e espectacularização da informação. João Canavilhas (s/d: 7) afirma «a decisão de mostrar umas imagens e ocultar outras, a distribuição das imagens ao longo da peça e a sua própria sequência permitem uma infinidade de possibilidades para explorar a vertente espectacular da notícia».

Logo na nossa primeira saída em reportagem apercebemo-nos que tanto jornalista como repórter de imagem fazem o seu trabalho a pensar na montagem e naquilo que funciona melhor em televisão. Fomos nesse dia a um centro de novas oportunidades para jovens que decidiram voltar a estudar. A ideia era contar a história de um deles. “Agora vens de além e finges que estás a caminhar para chegar à escola”, “chegas ao pé dos teus colegas e finges que estão a conversar”, pedia o jornalista ao jovem. O jornalista já tinha na cabeça a história montada, já sabia muito bem como a estruturar e do que precisava para o fazer. Na montagem ouvíamos frases como: “temos que por ali uns pozinhos”, “temos que fazer magia”, “temos que fazer render o plano” ou “temos que mudar o som ambiente”. Quando uma imagem tinha um som ambiente desagradável ou não adequado ao momento da notícia, o editor de imagem “colava” um ambiente de outra parte da peça, que não causasse ruído que alterava, em certa medida, a verdadeira realidade do acontecimento. Em informação televisiva o lema é evitar ao máximo qualquer espécie de ruído.

O que vemos do mundo passa a ser praticamente aquilo que as agências de informação e a imprensa internacionais vêm, excepção feita ao trabalho que é realizado pelos correspondentes e enviados especiais. Quando existir o interesse de valorizar uma notícia que, no entanto, não tinha o apoio de uma imagem alusiva recorria-se a uma imagem de arquivo. O que leva muitas vezes à utilização de imagens que pouco têm a



ver com o texto e que podem distrair o espectador daquilo que está a ser dito e que realmente importa. É caso para perguntar se uma imagem vale mesmo mil palavras.

Além disso, isto leva a uma desactualização da imagem em relação ao que está a ser dito. Isto acontece, por exemplo, quando o jornalista está a dizer que o desemprego irá aumentar “no próximo ano” e, as imagens que sustentam o seu discurso oral mostram trabalhadores despedidos “este ano”, à porta das empresas.

Nesta secção noticiosa há ainda um outro aspecto importante, que é a pressão do tempo. As novidades chegam a toda a hora e as informações são constantemente actualizadas. O jornalista, quando está a fazer uma notícia internacional, pode ter que a alterar várias vezes, porque tem que estar sempre atento às agências, cuja informação pode já ter sido renovada.

De resto, a constante falta de tempo estende-se à redacção da RTP de Gaia. A título de exemplo, no dia 26 de Dezembro de 2008, acompanhámos a equipa de reportagem à Associação Industrial do Minho (AIMinho), que se reuniu de emergência e marcou uma conferência com os jornalistas para as onze da manhã desse dia. Ora, o Jornal da Tarde começa às treze em ponto e esta notícia estava alinhada na primeira parte do mesmo. Como se não bastasse, a conferência só começou por volta das onze e trinta e foi bastante longa. Saímos de Braga perto do meio-dia e trinta e ainda tínhamos que chegar a Gaia e editar a peça. O jornalista teve que escrever a peça durante a viagem e, entretanto, telefonou ao coordenador do Jornal para o por a par da situação e avisar que iria ser impossível ter a notícia pronta para a primeira parte.

De facto, na informação televisiva o tempo é um bem muito precioso e escasso e, é neste sentido que Felisbela Lopes (1999:80) afirma que «o valor da informação jornalística já não está na verdade, mas na rapidez com que os factos se difundem. E esta prática está a tornar-se de tal forma generalizada que há já quem proponha a substituição do nome jornalista pela de instantaneista». O tempo é um dos constrangimentos estruturais da televisão, que a levam a absorver uma ínfima parte da informação. De acordo com a investigadora, isto acontece, entre outros motivos,



«porque os programas apresentam um formato dentro do qual aquilo que acontece se desenha de determinadas formas (notícias, grande-reportagem, entrevistas/debate); porque os factos são, por vezes, inacessíveis; porque o tempo do acontecimento nem sempre se sincroniza com o tempo com o tempo mediático; porque nem sempre aquilo que acontece se integra nos critérios de noticiabilidade mediática».

Posto isto, a missão do jornalista passou a ser conseguir ter a notícia preparada para a segunda parte. Chegados à RTP, a correria foi muita. O jornalista gravou a voz off da peça e, enquanto o editor ia pintando a peça com imagens da conferência e de arquivo (pedidas pelo jornalista à filmoteca antes de ir para o local da reportagem), esteve noutra “ilha” de montagem a cortar as bocas (extractos do discurso do presidente da AIMinho e conferencista) para juntar à peça. A missão foi finalmente cumprida e a peça ficou pronta para a segunda parte.

Além disso, existem outras situações que podem alterar o alinhamento do telejornal e que tornam o tempo dos jornalistas e coordenadores ainda mais escasso. O investigador Rogério Santos refere que muito do ritmo dos jornalistas se orienta pela delimitação da rotina ou distribuição do tempo em tarefas. Mas também diz que, «apesar das indicações prévias, o noticiário pode ser alterado, se aparecem outros acontecimentos de maior relevo. O tempo torna-se um bem escasso, porque implica a reorganização do noticiário (Santos, 2006:53). De facto, os acontecimentos imprevisíveis têm o poder de se sobrepor no alinhamento e de fazer cair (fazer com que não entrem no jornal) notícias que estavam alinhadas para o final do jornal ou que se julgam de menor importância.

E esse tempo fica ainda mais curto porque os jornalistas produzem simultaneamente informações para a RTP e para a RTPN. O canal temático de informação sofreu bastantes reformulações, apresentando-se com uma nova imagem a partir de 29 de Setembro de 2008. Em entrevista ao jornal Meios & Publicidade<sup>2</sup>, o director de programas da RTPN, José Alberto Lemos disse que esta não é uma reformulação “é antes “a” reformulação da RTP N”. O canal sofreu mudanças na

---

<sup>2</sup> <http://www.meiosepublicidade.pt/2008/09/29/rtp-n-muda-imagem-e-aposta-na-informacao/>



imagem passou a ter novos espaços de informação, com uma forte componente noticiosa.

Os jornais são a todas as horas, vinte e quatro horas por dia. É necessário estar sempre a actualizar as informações (serviços que ficam à responsabilidade dos jornalistas que estão de apoio, ou seja, que normalmente não saem em reportagem), e muitos jornalistas estão na rua a cumprir os serviços agendados. Como os noticiários da RTPN são habitualmente mais curtos, existe a necessidade de transformar muitas peças em off's (texto lido pelo pivot acompanhado de imagens) e de tornar as bocas dos entrevistados mais pequenas.

É claro que existem certas informações e conteúdos que são produzidos especificamente para a RTPN, como é o caso da agenda nacional e internacional do dia seguinte para o jornal das vinte e quatro, ou o caso da síntese das notícias para o *À Noite, as Notícias*. Mas, normalmente, o que se verifica é a produção de informação em simultâneo para os dois canais.

A interacção das redacções do Porto e de Lisboa tornou-se maior, pois, quando a transmissão da tarde da RTPN é feita do Porto, a da noite é feita de Lisboa e vice-versa. As manhãs são sempre emitidas de Gaia. A sinergia entre as duas redacções é grande e a do trabalho dos jornalistas também.

Ao longo de todo o estágio pude acompanhar todas estas mudanças e todas estas edições. Entretanto, a transmissão do canal Euronews durante as madrugadas acabou para dar lugar a noticiários de hora a hora da RTPN, os quais pude acompanhar durante duas semanas. As madrugadas foram uma das oportunidades do estágio que considerei mais importante. Esta foi, sem dúvida alguma, uma oportunidade para apreender a lógica da produção da informação televisiva. Durante este período estávamos incumbidas de ouvir os noticiários da SIC Notícias e da TSF e de estarmos atentas ao que ia surgindo a nível internacional. Escrevemos e montamos nesta fase vários off's (textos lidos pelo pivot sustentados por imagens), que foram para o ar, ou melhor, que integraram o alinhamento de diferentes noticiários.

Ao longo das madrugadas, o trabalho é muito e os recursos humanos são poucos. Não existe arquivo à disposição e não existe serviço de legendagem. Apenas se



encontravam na RTP o realizador dos jornais e os seus assistentes e uma pessoa no AGS (local onde são gravados os programas e onde chegam as imagens do internacional). Na redacção apenas se encontrava a/o pivot, sem apoio de qualquer jornalista. A correria era também aqui constante. Havia a necessidade de estar a reduzir ao essencial as notícias, dado que o tempo de cada noticiário é muito pequeno. Existia também o imperativo de actualizar constantemente a informação e de estar sempre na linha da frente, não deixar escapar nada.

Aprendemos a linguagem da imagem televisiva, a necessidade de existir *raccord* (continuação) na montagem das imagens. Aprendemos a “escrever” para as imagens e de uma forma simples e curta, ou melhor, a dizer o essencial em poucas palavras.

Apercebemo-nos também que a técnica impunha muitas limitações aos noticiários desta franja horária. Porque para além do que foi dito anteriormente, existia por exemplo a impossibilidade de um correspondente entrar em directo no jornal, dado que não existia uma linha de directo. Tivemos, por isso, que gravar telefonemas com os correspondentes ou com jornalistas destacados noutras zonas do país, para que depois pudessem entrar nos jornais, dando a ideia de que o jornalista estava a entrar em directo.

Quando se deu o primeiro ataque a casa do Presidente da Guiné-Bissau, soubemos da notícia pelas agências internacionais, mas ainda não tinham chegado as imagens correspondentes aos telex's das agências. Acontece que a notícia tinha que ser dada, porque tratava-se de um ataque a um presidente de um país e não se sabia como ele se encontrava. Rapidamente se decidiu entrar em contacto com a correspondente da RTP na Guiné-Bissau que gravou, ao longo da madrugada, vários telefonemas actualizando a informação. Posto isto, a pivot deu a notícia a “seco”, ou seja, sem imagens, seguida da entrada ao telefone da correspondente.

Paralelamente, desenvolvemos formas de recolher informação. Numa das madrugadas, exemplificativamente, houve uns descatos com tiros e feridos num bar em Leiria. Dado que ainda iria demorar algum tempo a chegar ao local um jornalista da RTP, e com o objectivo de darmos informação nova utilizamos os meios que estavam ao nosso dispor. Assim, enquanto o pivot fazia uma actualização de outras notícias, telefonámos para a esquadra da PSP de Leiria para saber o que realmente tinha



acontecido e gravámos um telefonema com o responsável das urgências do hospital para o qual os feridos haviam sido encaminhados. A notícia foi dada sem imagens, ou seja, foi lida pelo pivot com as informações que dispunha e seguida de uma boca do médico entrevistado.

A imagem impõe realmente muitos entraves à informação televisiva, mas é de imagens que ela vive. Ao longo das aulas de televisão que havíamos tido na Universidade do Minho sempre nos foi transmitida esta ideia. Os professores sempre nos alertaram para a verdadeira realidade do jornalismo, nunca nos tentaram passar a ideia de que era tudo cor-de-rosa. Pensamos que isso nos ajudou bastante a enfrentar o estágio de outra forma, com um sentido mais crítico e atento.

Num outro dia de madrugadas, chegou-nos um telex da agência Lusa a dar conta de derrapagens nos custos de construção da Casa da Música no Porto. A TSF já estava a dar a notícia e a SIC Notícias (tem arquivo disponível) também. E nós, mais uma vez, não tínhamos imagens. A pivot fez de repórter de imagem, pegou na câmara que se encontra na redacção e começou a filmar sites da internet com a notícia, para dessa forma poder dar a notícia sustentada em imagens.

Para além das madrugadas, outros dois momentos de grande aprendizagem foram para nós as saídas em reportagem e a edição das nossas peças noticiosas.

Durante as saídas em reportagem foi-nos dada a oportunidade de gravar falsos directos e de, muitas vezes, assumirmos o papel de jornalista e de fazermos as entrevistas com as várias fontes. Estas possibilidades permitiram-nos ganhar mais traquejo e mais confiança no trabalho desenvolvido.

Ao longo das saídas em reportagem descobrimos também que a relação dos jornalistas com as fontes de informação era diferente daquela que julgávamos existir. Notamos que esta relação era maior no caso dos jornalistas especializados, como os do desporto. Os jornalistas especialistas ligam-se às fontes de informação especializadas, tendendo a estabelecer com elas uma relação próxima» (Santos, 2006:48). Portanto, a experiência de estágio foi mais uma vez de encontro aos ensinamentos que os professores me haviam transmitido.





Aos jornalistas a que chamamos generalistas, dado que trabalham várias áreas da informação, os trabalhos e as fontes com quem iriam contactar eram normalmente agendados pela produção. Mas é claro que eles também possuem as suas fontes de informação que lhes transmitem ocorrências que dão até origem a notícias.

Quer a uns quer a outros jornalistas as fontes estavam bastante acessíveis, pelo que observei. É lógico que existem sempre aquelas que se mostram mais relutantes em falar com a televisão, pela exposição que esta implica e sobretudo em assuntos mais delicados. Notámos também, como nos tinha sido transmitido ao longo das aulas, que as fontes judiciais são bastante inacessíveis. Um jornalista estava muitas vezes uma manhã ou uma tarde inteiras à porta de um tribunal sem conseguir gravar um único testemunho em imagens.

Comprovamos que o trabalho das fontes nunca é desinteressado. Que realçam certos aspectos da notícia numa perspectiva de conformidade por parte do jornalista. Repetiam várias vezes a informação que lhes interessava ver transmitida e preocupavam-se muito com o seu discurso, perguntando muitas vezes ao jornalista se poderiam repetir caso se enganassem.

Ao longo das saídas em reportagem, fomos escolhendo algumas delas para escrevermos as nossas peças que mais tarde editamos. Editámos peças de economia, de internacional, de desporto, de cultura, de saúde e de sociedade. Durante a edição colocámos em prática tudo o que havíamos aprendido. Escrevemos textos curtos adequados à mensagem televisiva. A pensar na edição, recorremos, em certos casos, à filмотeca da RTP, aos serviços de grafismo e de legendagem. Tentamos utilizar as ferramentas que estavam ao nosso dispor.

Na edição propriamente dita, aprendemos a ler para televisão, ou melhor, a contar informação para televisão. Aqui, os conselhos dos editores de imagem foram de extrema importância para nós. Como ler determinadas frases, onde dar ênfase, ou mesmo adaptar a leitura à nossa forma de falar e de escrever foram algumas das coisas que aprendemos. No resultado final das peças, apercebemo-nos realmente do bom trabalho que se pode fazer quando as imagens são de grande qualidade, e de como imagens de menor qualidade condicionam a qualidade do nosso próprio trabalho.



Não podemos também deixar de mencionar a manhã que passamos na régie da RTP a assistir à realização do Bom dia Portugal da RTPN. Aprendemos a dar importância ao trabalho realizado por todas aquelas pessoas, que é menos valorizado mas que muito contribui para que tudo saia com mais qualidade. Além disso, a oportunidade que tivemos de assistir à realização da Praça da Alegria ou de conhecer os estúdios e o trabalho desenvolvido na Antena 1 possibilitou-nos alargar os nossos horizontes e experiências, ou melhor, aumentar o nosso conhecimento sobre aquilo que é feito para além da redacção da RTP.

Por último, temos de salientar experiência de podermos no final do estágio apresentar um telejornal com as peças noticiosas que havíamos montado. Pisar o plateau, sentar na cadeira do pivot, enfrentar uma câmara com um luz encarnada que apagava e acendia, manejar o teleponto e falar com a régie foram experiências muito proveitosas e gratificantes, que iremos recordar para sempre.



## CAPÍTULO IV

### 4. Caminhos de Análise

No âmbito deste trabalho, propomo-nos estudar o principal noticiário do canal de informação do serviço público emitido em horário nobre (horário onde há mais público disponível para ver televisão), o *À Noite, as Notícias*, um formato criado a 29 de Setembro de 2008. Decidimos escolhê-lo por ser a novidade do canal temático de notícias da radiotelevisão portuguesa, estreado poucos dias antes de termos iniciado o estágio. Ora, como estagiamos na RTP em Gaia e dado que o jornal é emitido alternadamente de Lisboa e de Gaia, pudemos acompanhar, em certa medida, a sua preparação e emissão. Este programa noticioso tem a duração de duas horas e assume um papel preponderante na grelha deste canal.

O alinhamento do *À Noite, as Notícias* é estruturado por:

- Peças noticiosas
- Debates e entrevistas em estúdio
- Participação dos telespectadores através de um blogue coordenado por um segundo pivot.

Propomo-nos estudar (nas suas três vertentes) o primeiro mês de existência deste espaço informativo, ou seja, a nossa amostra compreende um período que vai desde 6 de Outubro de 2008 a 31 de Outubro de 2008 (quatro semanas). Retiramos da nossa análise a primeira semana do programa, para não ficarmos com uma amostra desequilibrada (três semanas em Gaia e duas em Lisboa), e correremos o risco de fazer uma análise enviesada.

Para realizar esta investigação, procedemos à análise (qualitativa/quantitativa) do conteúdo dos alinhamentos de todos os jornais que compõem a nossa amostra, que nos foram disponibilizados pela coordenação da informação da RTP de Gaia. Quando durante a observação dos ditos alinhamentos nos surgia alguma dúvida, recorriamos à



filmoteca da RTP, onde nos eram cedidas as gravações dos programas correspondentes ao período em estudo.

É nosso propósito conhecer que tipo de informação nos presta este canal temático de informação que é, ao mesmo tempo, um canal de serviço público, no seu principal noticiário. Aquilo que nos importa saber é se o *À Noite, as Notícias* respeita os princípios que devem nortear a informação televisiva de serviço público: o princípio da igualdade (analisar se este serviço noticioso promove os valores quer das maiorias quer das minorias; quer das realidades urbanas, quer periféricas; quer das posições oficiais, quer das posições do cidadão comum) e o da neutralidade que exige a imparcialidade informativa: equilíbrio e pluralismo (Lopes, 1999: 86/87). Para isso, colocámos a seguinte pergunta de partida central: ***Será que a RTPN como canal temático de serviço público, reflecte, através do seu principal programa de informação, aquilo que estipula o contrato de concessão de Serviço Público de Televisão?*** Isto é, será que o *À Noite, as Notícias* respeita os valores do serviço público e aquilo que é referido no contrato de concessão de serviço público de televisão: «O serviço de programas temático informativo da concessionária do serviço público de televisão destina-se à prestação especializada de informação nas suas diferentes formas, designadamente noticiários, reportagens, documentários e debates, com destaque para temas, ideias e protagonistas não habitualmente representados na comunicação social, como os que relevam da área cultural ou científica, e concedendo especial atenção a temas com interesse para regiões e comunidades específicas (Cláusula 13)». Assim, pretendemos fazer considerações sobre o serviço público prestado por este jornal televisivo.

Na já referida cláusula 7 do contrato de concessão de serviço público, é dito que consiste uma obrigação da concessionária de Serviço Público «proporcionar uma informação isenta, rigorosa, plural e contextualizada, que garanta a cobertura noticiosa dos principais acontecimentos nacionais e internacionais». Dito de outra forma, temos por objectivo saber se a informação apresentada é diversificada nos temas e nos lugares e se a emissão é aberta a diferentes grupos representativos da sociedade (informação plural e equilibrada).



#### 4.1. Peças noticiosas: no topo do alinhamento

No nosso estudo procura-se:

- analisar os critérios que presidem à escolha da notícia de abertura;
- conhecer os assuntos mediatizados do ponto de vista temático;
- saber quais são os locais mais mediatizados.

Em primeiro lugar, analisamos a notícia de abertura deste telejornal, no período que constitui a nossa amostra. Como lembra Felisbela Lopes (1999:119) «o alinhamento do telejornal representa um *continuum*, no qual a primeira notícia de abertura apresenta um particular interesse. Ela reflecte a invulgaridade de uma realidade, integra-se num conjunto de que se espera uma certa coerência e assume-se como o mais importante do noticiário: é a primeira». Consideramos que a análise da notícia de abertura se reveste de grande importância, dado que constitui o tema forte e central de um jornal televisivo. Cruzámos esta variável com o tema, para determinar os assuntos dominantes na abertura do noticiário.

Depois de realizada esta análise, verifica-se de que forma os acontecimentos imprevistos marcam a abertura do *À Noite, as Notícias*. Pretendemos responder à seguinte pergunta de partida: “*De que forma os acontecimentos imprevistos estão presentes nos alinhamentos do À Noite, as Notícias?*”.

Para analisar a imprevisibilidade das notícias de abertura presentes no alinhamento de cada telejornal, decidiu-se caracterizar como imprevistos os acontecimentos que não estão pré-agendados. Esta imprevisibilidade foi analisada a partir da leitura dos pivots das notícias. A categoria tempo refere-se assim, ao tempo da notícia, ou melhor, consideramos as notícias quanto ao seu grau de (im)previsibilidade

Estuda-se, ao mesmo tempo, as cinco notícias seguintes à abertura do noticiário. Assim, as seis primeiras peças serão definidas quanto à temática, o que ao todo representa a definição de 120 peças noticiosas.

Com isto pretendemos saber quais os temas que são considerados mais importantes pelos coordenadores de informação e, que por isso, surgem mais vezes no



topo do alinhamento. Neste ponto colocamos a seguinte pergunta de partida: “*Será que a temática política domina a abertura do À Noite, as Notícias?*”

Para decidir a que temática pertence cada notícia baseamo-nos no assunto da mesma. Por exemplo, uma notícia sobre crise financeira e outra sobre bolsa de valores pertencem ambas à categoria macroeconomia. O método de categorização dos dados quanto ao tema encontra-se apresentado em apêndice<sup>3</sup> e é baseado no que a investigadora Felisbela Lopes utilizou no âmbito da sua tese de doutoramento. O mesmo processo é utilizado para sabermos de que falam os entrevistados e comentadores do *À Noite, as Notícias*, assim como, para sabermos quais as temáticas que preenchem o espaço do *À Noite, a Net*.

Analisa-se também a as notícias quanto à forma para sabermos até que ponto a RTPN tem a capacidade de mobilizar os seus jornalistas para os locais dos acontecimentos e dá importância à actualização da informação. Assim, quanto à forma, a notícia é considerada *em directo* se a emissão é reenviada para o local dos acontecimentos; a notícia é considerada *não-directo* se a emissão é feita do estúdio.

Por fim, verificamos se nas primeiras seis notícias se faz um retrato equilibrado de todo o país, isto é, se o este espaço de notícias é integrador de distintas realidades. Colocamos a pergunta de partida que se segue: “*Os acontecimentos mediatizados no À Noite, as Notícias são o reflexo daquilo que se passa na Capital do País?*” Assim, verificamos se a informação difundida por este noticiário televisivo de serviço público, pelo menos no que respeita às primeiras seis notícias, não faz jus ao ditado que diz que “Portugal é Lisboa e o resto é paisagem”. Com esse objectivo, analisamos origem geográfica da informação, ou melhor, o lugar dos acontecimentos. A origem geográfica da informação pode ser classificada como: Nacional Global; Porto; Norte; Centro; Lisboa; Sul; Ilhas; Não identificada e Internacional.

Concluindo, a nossa amostra de notícias foi analisada com base em quatro variáveis: tema, lugar, forma e tempo.

---

<sup>3</sup> Apêndice 1



#### 4.2. Quem “fala do quê” no plateau do *À Noite, as Notícias*

Numa segunda parte, dirigimos a nossa atenção para a composição social do plateau do *À Noite, as Notícias*. Queremos saber que tipo de espaço público constrói este programa informativo. Aqui a nossa amostra é composta pelos convidados deste jornal, ou seja, pelos comentadores do espaço de debate Vice – Versa e pelos entrevistados em estúdio. Pretendemos saber a que parte da sociedade este canal público dá voz. Dizendo de outra forma, queremos saber quem diz o quê no estúdio deste jornal televisivo.

Do estudo da informação semanal emitida no segmento nocturno dos canais generalistas entre 1993 e 2005, realizado por Felisbela Lopes (2007:244), «sobressai um espaço público televisivo que dá forma a uma pequena parte da realidade e que circunscreve o uso da palavra a um conjunto restrito de interlocutores (as elites)» Será que isto se verifica no *À Noite, as Notícias*?

De acordo com o contrato de concessão de serviço público, «o serviço de programas temático informativo da concessionária do serviço público de televisão destina-se à prestação especializada de informação nas suas diferentes formas, com destaque para temas, ideias e protagonistas não habitualmente representados na comunicação social».

O *À Noite, as Notícias* promove estas ideias? Será que a emissão feita alternadamente a norte e na capital contribui para essa promoção? Não existe certamente um local mais indicado para a diversidade de temas e pluralidade de vozes, do que neste programa informativo emitido por um canal temático informativo de canal de serviço público. Torna-se difícil aceitar que este programa, como um dos principais do canal, não cumpra os princípios do contrato de concessão.

Pretendemos responder às seguintes questões de partida:

- Será que a RTPN como canal temático de serviço público, respeita nos espaços de debate/entrevista a pluralidade de temas e de vozes?
- A emissão alternada entre Gaia e Lisboa tem influência sobre a composição do plateau que pensa a actualidade informativa?



- O *À Noite*, as *Notícias* consegue ter um ritmo semelhante conforme o lugar donde é emitido (Lisboa/Gaia)?

Para isso, recorreremos ao método de investigação já referido, utilizado pela investigadora Felisbela Lopes no âmbito da sua tese de doutoramento, que deu origem ao livro *A TV das Elites*.

Deste modo, fizemos um levantamento dos entrevistados classificando-os quanto ao assunto sobre o qual falam, quanto à sua profissão, à profissão/cargo exercidos, à orientação política e, por fim, ao lugar de onde falam (análise qualitativa). Queremos saber quem é mais vezes chamado ao plateau para falar sobre a actualidade noticiosa, e os assuntos que mais abordam (análise quantitativa).

### **4.3. De que fala o cidadão comum no *À Noite, a Net***

«*À Noite, as Notícias*...também são aquelas que nos faz chegar...por exemplo em resposta à pergunta que lhe colocámos no blog deste espaço de informação...hoje sobre a discussão à volta da segurança...precisa mesmo...Portugal...de endurecer as leis...para nos sentirmos mais seguros?

A sua opinião tem lugar de destaque...daqui a pouco... neste espaço informativo...e em permanência na internet em [www.rtp.pt/anoite](http://www.rtp.pt/anoite). É importante que deixe o seu nome e a localidade onde vive».

É desta forma que o pivot Carlos Daniel, responsável pela apresentação do jornal em Gaia, introduz o espaço *À Noite, a Net*, no dia 2 de Outubro de 2008. Um segundo pivot, neste caso o Daniel Catalão, fica responsável pela coordenação do referido espaço.

Aqui o cidadão comum é chamado a deixar a sua opinião sobre uma pergunta colocada a cada emissão (pergunta da noite). De acordo com o director da RTP N, José Alberto Lemos, em entrevista ao jornal *Meios & Publicidade*<sup>4</sup> esta pergunta “não é de sim ou não, mas antes construtiva”. Queremos saber sobre que temas o cidadão é

---

<sup>4</sup> <http://www.meiosepublicidade.pt/2008/09/29/rtp-n-muda-imagem-e-aposta-na-informacao/>





**Universidade do Minho**

questionado. Para este ponto formulamos outra pergunta de partida: *“Será que o cidadão comum é questionado sobre os mesmo temas que os convidados em estúdio?”*.

Além disso, são apresentados o vídeo do dia (bit do dia) e a imagem do dia (que o cidadão é convidado a legendar).



## CAPÍTULO V

### 5. À Noite, as Notícias em análise

Neste capítulo passamos a aplicar a metodologia de trabalho explicada no capítulo anterior. Seguiremos a ordem de estudo apresentada anteriormente. Temos por objectivo responder a todas as perguntas de partida colocadas ao longo do capítulo onde apresentamos os métodos de trabalho a por em prática. Com isto, pretendemos no final conseguir responder à questão central que orientou este trabalho. **Será que a RTPN como canal temático de serviço público, reflecte, através do seu principal programa de informação, aquilo que estipula o contrato de concessão de Serviço Público de Televisão?**

#### 5.1. Peças Noticiosas: a política no topo do alinhamento

Vamos, em primeiro lugar, analisar quais os temas das seis primeiras notícias dos alinhamentos que constituem a nossa amostra.

O tema Política de Estado domina a abertura do *À Noite, as Notícias* com nove ocorrências, seguido da categoria temática questões internacionais com seis. É de salientar que a categoria Política de Estado predomina no cômputo das edições, com uma frequência de trinta e cinco por cento. Podemos desde já, responder afirmativamente à pergunta de partida anteriormente colocada: “*Será que a temática política domina a abertura do À Noite, as Notícias?*”. Em segundo lugar aparece o tema macroeconomia com vinte e cinco por cento e em terceiro a temática questões internacionais com aproximadamente dezoito.

A presença destas temáticas é mesmo muito elevada, comparada com os outros temas. Somando a presença das outras nove categorias obtemos vinte e sete presenças, o



que não chega às quarenta e duas da temática Política de Estado ou das trinta de macroeconomia.

**Quadro 1- Temas que marcam a abertura do À Noite, as Notícias**

<b>Categorias temáticas</b>	<b>Ocorrências em 1º lugar</b>	<b>Ocorrências no total de edições</b>	<b>% no total de edições</b>
<b>Política de Estado</b>	9	42	<b>35%</b>
<b>Política Partidária</b>	0	5	<b>4,2%</b>
<b>Política Internacional</b>	0	7	<b>5,8%</b>
<b>Questões Internacionais</b>	6	21	<b>17,5%</b>
<b>Macroeconomia</b>	2	30	<b>25%</b>
<b>Microeconomia</b>	0	3	<b>2.5%</b>
<b>Manifestações Culturais</b>	0	1	<b>0.83%</b>
<b>Problemas Sociais</b>	1	6	<b>5%</b>
<b>Justiça</b>	0	2	<b>1,7%</b>
<b>Acidentes</b>	1	1	<b>0.83%</b>
<b>Educação</b>	1	1	<b>0.83%</b>
<b>Sindicatos</b>	0	1	<b>0.83%</b>
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>120</b>	<b>100%</b>

Porque será que se verifica esta disparidade tão grande relativamente à presença das categorias temáticas nas primeiras seis notícias do *À noite, as Notícias*? Porque foram estas as categorias mais valorizadas pelos coordenadores de informação também para a abertura deste jornal televisivo?

Será que a categoria temática Política de Estado prevalece porque, como diz o investigador Joaquim Fidalgo (2005: 29), «a RTP foi sempre mais uma “televisão



estatal” que uma “televisão pública”? Simultaneamente, não se pode esquecer do financiamento que o Estado dá à RTP através de indemnizações compensatórias.

Contudo, exige-se à estação pública o distanciamento face às fontes de financiamento, sejam elas o Estado ou a publicidade. Aliás, como se mencionou anteriormente, no Contrato de Serviço Público considera-se que «que a Televisão de Serviço Público deve ser independente face ao poder político, ao poder económico e aos diversos grupos de influência que se movem na sociedade, e que «a Televisão de Serviço Público deve manter independência em relação aos anunciantes e patrocinadores dos seus serviços de programas».

Importa dizer que isto não significa que a presença de assuntos políticos se deva, no caso da RTPN, a pressões políticas ou a tentativas de impor a agenda política.

Remy Rieffel (2004:11), no livro *Sociologia dos Media*, fala-nos daquilo a que chama a “mediatização da vida política”, ou seja, a utilização intensiva e regular por parte da classe política, da imprensa, da rádio e, sobretudo, da televisão. Para o autor, a relação entre os *media* e a classe política constitui um factor importante para os desafios relacionados com a evolução das democracias contemporâneas. Os políticos preocupam-se cada vez mais com a imagem que deixam transparecer e «tornam-se muitos sensíveis ao modo como intervêm no pequeno ecrã» (Rieffel, 2004: 12). Ainda segundo o mesmo autor, os políticos personalizam cada vez mais as suas intervenções, teatralizam o seu comportamento, recorrem a uma nova retórica e à interpretação de sondagens.

As estratégias são muitas e, é certo, que praticamente todas as actividades dos políticos e do Governo são alvo de cobertura mediática. Contudo, não nos podemos esquecer do interesse público que tem a actividade política. Interessa a todos os cidadãos saber quais as medidas propostas e tomadas pelos governantes, que os afectam directa ou indirectamente. Ao mesmo tempo, o período correspondente à nossa análise foi um período particular da Política do Estado: a votação do Orçamento de Estado para 2009, a discussão do estatuto dos Açores e, paralelamente, as eleições regionais dos Açores. Tornava-se assim inevitável abordar estes assuntos (que se revestem de importância nacional) no principal noticiário da RTPN.



A macroeconomia encontra-se igualmente presente neste jornal, dado que Outubro foi um mês bastante “agitado” nesta área. A crise mundial do sistema financeiro assumia proporções cada vez maiores. Os planos de ajuda económica à banca e a outros sectores de actividade eram anunciados por diversos governos. As falências tornaram-se recorrentes e, conseqüentemente, o desemprego aumentava.

Ao cruzar-se os dados obtidos no estudo da notícia de abertura e das seis primeiras notícias do alinhamento com os valores do serviço público de televisão, conclui-se que a diversidade é um valor praticamente ausente. Temos doze categorias temáticas presentes, mas há três que se revelam sistemáticas nos alinhamentos em estudo. Os temas da abertura são os habitualmente representados na comunicação social, não estando por isso a RTPN a respeitar o contrato de concessão de serviço público de televisão. O princípio da pluralidade temática não está aqui a ser respeitado.

A abertura deste noticiário televisivo deveria ser mais diversificada tematicamente. Exceptuando as categorias temáticas política de Estado, macroeconomia e questões internacionais, apenas os problemas sociais e a educação surgiram (uma vez cada), como primeira notícia de abertura deste telejornal.

Para responder a uma das nossas questões de partida “De que forma os acontecimentos imprevistos estão presentes nos alinhamentos do *À Noite, as Notícias*”, criámos a seguinte tabela. Pela sua observação pode-se responder de forma afirmativa à dita pergunta.

**Quadro 2- Acontecimentos (im)previsíveis na abertura do *À Noite, as Notícias***

<b>Notícias</b>	<b>Imprevisível</b>	<b>Previsível</b>
<b>Abertura</b>	15	5
<b>Segunda</b>	14	6
<b>Terceira</b>	17	3
<b>Quarta</b>	18	2
<b>Quinta</b>	19	1
<b>Sexta</b>	14	6
<b>Total</b>	<b>97</b>	<b>23</b>



É um facto que os acontecimentos imprevisíveis alteram a rotina informativa televisiva, conforme explicitámos no enquadramento teórico. Como se pode verificar, o critério de imprevisibilidade prevalece, no nosso estudo, sobre todos os outros valores - notícia que orientam a selecção dos acontecimentos. Apenas em cinco dos vinte alinhamentos a notícia de abertura possui um cariz previsível. De resto, esta imprevisibilidade mantém-se até à sexta notícia de cada alinhamento, aumentando até em alguns casos.

Será que o critério da imprevisibilidade é mais legítimo que outros valores - notícia na selecção dos acontecimentos? Será que a prevalência deste valor - notícia se deve à procura de maiores audiências? Sabemos que um acontecimento que irrompe com o que é habitual tem muito mais possibilidades de se tornar notícia. Ao mesmo tempo, um acontecimento com carácter imprevisível tende a captar uma maior atenção do público. Tornou-se uma prática das diferentes estações televisivas tentar irromper com o que é habitual. Os coordenadores de informação preocupam-se em apresentar informação actualizada, o que acontece “agora” é para ser “contado” ao público “agora”.

Percorrendo as notícias dos alinhamentos constata-se que esta imprevisibilidade não se relaciona com acontecimentos de carácter espectacular ou sensacional. São antes acontecimentos que alteram a rotina da jornalística, porque de facto constituem informação que se reveste de importância e interesse público. Consideramos normal este fenómeno de colocar em primeiro plano as notícias inesperadas, que alteram a agenda predefinida do jornalista.

Além disto, quais serão os lugares mais mediatizados na abertura do *À Noite, as Notícias*? Na seguinte tabela estão apresentados os lugares dos seis primeiros acontecimentos de todos os alinhamentos que compõem a amostra.



**Quadro 2- Lugares mediatizados na abertura do À Noite, as Notícias**

<b>Lugar</b>	<b>Ocorrências em 1º lugar</b>	<b>Ocorrências no total de edições</b>
<b>Porto</b>	0	2
<b>Lisboa</b>	9	56
<b>Norte</b>	0	3
<b>Centro</b>	2	5
<b>Sul</b>	0	1
<b>Nacional Global</b>	3	24
<b>Ilhas</b>	0	1
<b>Internacional</b>	6	28
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>120</b>

Neste ponto importa realçar a importância dada a acontecimentos ocorridos na Capital do País. Isto quer dizer que Lisboa foi mediatizada em quase metade (cinquenta e seis ocorrências em cento e vinte acontecimentos) das notícias apresentadas neste noticiário. Desta forma, respondemos positivamente à pergunta de partida: “*Os acontecimentos mediatizados no À Noite, as Notícias são o reflexo daquilo que se passa na Capital do País?*” Somando as outras áreas do País – Norte, Porto, Centro, Sul e Ilhas – apenas se obtêm 12 presenças. Neste ponto, o À Noite, as Notícias não está a respeitar o valor da diversidade ao nível dos locais mediatizados.

Verificamos a partir da nossa amostra que os acontecimentos que têm lugar em Lisboa dizem respeito às temáticas Política de Estado, Macroeconomia e Política partidária.

Porque se continua a dar tanta importância àquilo que se passa em Lisboa? É certo que a Capital é o centro do poder do país, é lá onde se tomam as decisões mais importantes e onde se encontram os governantes que estão a dirigir o Estado português. É impossível não dar uma grande atenção ao que se passa nesta parte do país. No entanto, esta atenção parece-nos exagerada. E podemos dizer que, desta forma, o À Noite, as Notícias não está a fazer um retrato equilibrado do país.



Além disso, as notícias que acontecem fora do país ocupam o segundo lugar, a nível de mediatização, com vinte e oito presenças. Concluímos que está mais presente neste jornal o que diz respeito ao que se passa no mundo, do que aquilo que respeita à totalidade do nosso País. Neste panorama, onde se encaixa o valor da identidade cultural? Não encaixa. Relembramos que a televisão de serviço público deve, de acordo com o contrato de concessão, assegurar «a promoção da cultura portuguesa e dos valores que exprimem a identidade nacional, de acordo com uma visão universalista, aberta aos diferentes contextos civilizacionais (cláusula 5)».

Em terceiro lugar aparecem os acontecimentos com lugar no país todo (categoria temática nacional global). São exemplo desta categoria por exemplo, a notícia da falência de empresas em Portugal, da desvalorização das casas, da publicação dos resultados dos exames nacionais e da crise imobiliária.

É importante ainda mencionar que da classificação das notícias quanto à forma verificou-se que apenas seis são em directo, para as cento e vinte da amostra, sendo que três deles se referem a acontecimentos imprevistos e outros três a previstos.

Fazendo uma análise de tudo que foi mencionado neste ponto podemos dizer que o valor da diversidade não foi levado em conta no *À Noite, as Notícias*, no que respeita à notícia de abertura. Ao mesmo tempo, não se deu a conhecer neste programa uma realidade equilibrada do todo nacional. Isto quer dizer que os valores da igualdade e da neutralidade (equilíbrio) foram de certo modo esquecidos, pelo menos na abertura deste telejornal.

Contudo, como referimos no capítulo I, o poder de informar e de fortalecer a coesão nacional com alguma extensão só é exercido se os factos noticiados forem diversificados temática e geograficamente.

## 5.2. Quem “fala do quê” no plateau do *À Noite, as Notícias*

Neste segundo ponto passamos à análise do espaço público construído pelo *À Noite, as Notícias*. Analisamos os espaços de comentário e entrevista que são, por isso, espaços de contextualização deste noticiário televisivo. Ao passo que o alinhamento





progride, o pivot introduz convidados em estúdio que procuram explicar a actualidade noticiosa de cada dia.

### 5.2.1. Entrevistados: jornalistas ocupam o lugar habitual dos políticos

Deste estudo sobressai a maior quantidade e diversidade dos entrevistados na Capital. Dos 64 entrevistados, 35 estiveram em estúdio em Lisboa e 29 no Porto. Quando emitido a partir dos estúdios da capital, *À Noite, as Notícias* repetiu por três vezes as mesmas pessoas em diferentes programas, facto que contribui para aumentar o número de interlocutores no *plateau*. Apesar das repetições, continua a apresentar mais diversidade de entrevistados comparativamente ao Porto.

Analisando todos os entrevistados, não se notam diferenças de fundo nas prioridades editoriais estabelecidas em Lisboa e em Gaia. É interessante verificar que em ambos os locais os jornalistas são os que mais sobem ao palco de notícias, para responderem a perguntas e contextualizarem factos. Verifica-se que os estúdios de Gaia receberam 6 jornalistas, Lisboa 9 (dois dos quais foram repetidos noutras emissões até atingir o os 11 jornalistas em Lisboa como se constata na tabela quatro).

Quadro 4 - Quem é entrevistado no *À Noite, as Notícias*

Quem é entrevistado?	Porto	Lisboa	Total
<b>Político</b>	5	5	<b>10</b>
<b>Jornalista</b>	6	11	<b>17</b>
<b>Associações/Sindicatos</b>	7	6	<b>13</b>
<b>Responsável por Instituição</b>	4	3	<b>7</b>
<b>Académico</b>	1	2	<b>3</b>
<b>Actor Indústria Cultura</b>	2	2	<b>4</b>
<b>Economista/Empresário</b>	4	2	<b>6</b>
<b>Jurista/Magistrado</b>	0	3	<b>3</b>
<b>Médico</b>	0	1	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>35</b>	<b>64</b>



No que concerne ao género, em Lisboa verifica-se um maior equilíbrio. Embora as mulheres sejam em menor número entre os entrevistados, na capital elas adquirem uma visibilidade (três jornalistas mulheres para um total de nove) que não têm a norte (onde não se verifica a presença de jornalistas do sexo feminino). Maria João Avillez, Helena Garrido, Helena Matos, Teresa de Sousa, Inês Serra Lopes são nomes a quem a coordenação de *À Noite, as Notícias* reconhecem capacidade e legitimidade suficientes para comentar os acontecimentos do dia.

Em segundo lugar aparecem os representantes de associações e sindicalistas; em terceiro os políticos. Os membros dos sindicatos e das organizações têm a capacidade de falar ao ritmo da televisão e mostram-se normalmente disponíveis para entrevistas e debates. Ao ocuparem os plateaux da informação televisiva, adquirem uma grande visibilidade reforçando o seu poder no seio do grupo que representam. Ao mesmo tempo, essa visibilidade permite-lhes que os seus pontos de vista (na defesa dos interesses do grupo que representam) alcancem uma dimensão não permitida por qualquer outro meio. Este grupo tem também canais de comunicação privilegiados com as redacções, conseguindo muitas vezes ser notícia.

Apesar dos assuntos abordados serem sobretudo de cariz político, os políticos que habitualmente tem lugar cativo nos estúdios de informação televisiva, não conquistaram, neste caso, um lugar de destaque. Assim, os políticos que têm um discurso adaptado à linguagem dos *media*, que normalmente são chamados a debater todo e qualquer assunto, mesmo que muitas vezes não estejam habilitados para tal, não foram os mais escolhidos pelos coordenadores de informação para abordar os temas que marcam cada dia.

Outro dos grupos presentes neste palco de notícias é o dos profissionais. Neste grupo inserem-se os académicos, os juristas, os economistas/empresários e os médicos. Os profissionais têm a capacidade de discutir a temática escolhida de uma forma contextualizada e fundamentada. Pertencem a uma determinada classe e podem falar sobre assuntos que com ela se relacionam. Paralelamente, os profissionais podem falar enquanto grupo organizado, isto é, em associações e organizações. Como já vimos, é desta forma que eles aparecem mais neste telejornal.



Poder-se-ia esperar mais heterogeneidade social e mais diversidade de nomes nos espaços de entrevista, apesar de haver exceções a esta afirmação. Falamos das quatro entrevistas dadas em estúdio por actores da indústria cultural, dois no Porto e dois em Lisboa. O escritor Mega Ferreira foi ao plateau falar sobre o seu novo romance e o compositor Pedro Ayres de Magalhães falou do novo álbum dos Madredeus, “metafonia”. É interessante verificar que aquilo que de importante se passa no meio artístico e cultural português começa a ter lugar num plateau de notícias, de um canal de serviço público.

De fora dos plateaux ficam as profissões técnicas e o sector produtivo. A investigadora Felisbela Lopes já havia encontrado este vazio num estudo que procurava saber “quem fala do quê” nos debates televisivos dos canais generalistas portugueses (1993-2005). Contudo, o contrato de concessão de serviço público de televisão menciona que «a televisão de serviço público tem de ser um exemplo de liberdade, abertura, modernidade e cobertura das diversas correntes de opinião e dos interesses legítimos existentes no país, incluindo os minoritários».

De fora continuam também a ficar as mulheres. Dos 64 entrevistados apenas 11 pertencem ao sexo feminino. Citando o estudo referido no parágrafo anterior dizemos que continua bem implantada a reprodução social do poder masculino. Num trabalho designado “*Homens Públicos, Mulheres Privadas - a presença da mulher na informação televisiva*”<sup>5</sup>, Felisbela Lopes (2007:1) refere que, entre 1993 e 2003, as entrevistas e os debates televisivos foram feitos essencialmente com homens que hegemonizavam os lugares cimeiros, nomeadamente com políticos que se destacavam em diferentes órgãos de poder, com detentores de importantes cargos públicos, com dirigentes das mais representativas estruturas sindicais e com interlocutores que atingiram o topo da carreira de profissões de prestígio».

A este nível, na capital as mulheres adquirem uma maior visibilidade. A norte apenas duas mulheres são entrevistadas pelo pivot Carlos Daniel enquanto que, em Lisboa, João Adelino Faria convida nove mulheres para o palco deste jornal televisivo.

---

<sup>5</sup> Lopes, F. (2007) “Homens públicos, mulheres privadas – a presença da mulher na informação televisiva”, Comunicação apresentada no IX Congresso Ibero-Americano de Comunicação, Sevilha, 14 a 18 de Novembro.



Como vimos nesta análise, os políticos perderam nos espaços de entrevista um lugar de hegemonia que habitualmente detêm. É de salientar este esforço da RTPN preferir outro tipo de interlocutores não representados normalmente na comunicação social. Contudo, há ainda muito para fazer. É preciso chamar a estúdio aqueles que têm pouca ou nenhuma presença em estúdios de informação televisiva, para desta forma cumprir plenamente o valor da pluralidade de vozes (igualdade), que deve reger a informação de serviço público.

No que respeita aos temas que estiveram mais vezes em cima da mesa de notícias verificamos que, conforme acontecia nas primeiras notícias dos alinhamentos, temos a Política de Estado e a macroeconomia. Consideramos este facto normal dado que os temas considerados mais importantes pelos coordenadores de informação pertencem a estas categorias temáticas, se procure fazer uma maior contextualização dos mesmos recorrendo, para isso, aos convidados.

Em terceiro lugar aparece o desporto. Aqui, como é habitual na informação desportiva, o assunto abordado é unicamente o futebol. É certo que a RTPN não pode ignorar que este é um desporto de massas e que, desta forma, está a informar uma grande parte da população. Mas não se pode esquecer que nem todos os telespectadores gostam do chamado desporto rei e que existem imensas manifestações desportivas que devem ser objecto de cobertura jornalística e de comentários nos estúdios de televisão.

**Quadro 3 - De que falam os entrevistados no À noite, as Notícias**

<b>De que falam?</b>	<b>Porto</b>	<b>Lisboa</b>	<b>Total</b>
<b>Política de Estado</b>	10	14	<b>24</b>
<b>Política Partidária</b>	2	0	<b>2</b>
<b>Macroeconomia</b>	1	13	<b>14</b>
<b>Questões regionais</b>	0	1	<b>1</b>
<b>Educação</b>	3	0	<b>3</b>
<b>Desporto</b>	5	3	<b>8</b>
<b>Manifestações Culturais</b>	2	3	<b>5</b>



#### Universidade do Minho

<b>Problemas Sociais</b>	2	2	<b>4</b>
<b>Casos de Polícia</b>	2	0	<b>2</b>
<b>Saúde</b>	0	1	<b>1</b>
<b>Justiça</b>	0	1	<b>1</b>
<b>Trabalho/Sindicatos</b>	1	0	<b>1</b>
<b>Questões Internacionais</b>	2	3	<b>5</b>
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>41</b>	<b>71</b>

Importa mencionar que o facto de termos 71 assuntos abordados e apenas 64 entrevistados se deve ao facto de alguns deles falarem sobre mais do que um tema. Da mesma forma que havia mais entrevistados em Lisboa é lá também que se abordam um maior número de assuntos. Excluindo a macroeconomia que apenas é objecto de entrevista uma vez no Porto e 13 em Lisboa, existe um equilíbrio nas duas cidades quanto aos temas debatidos.

Deste modo, pode-se dizer que não existem diferenças significativas quanto aos critérios utilizados pelos coordenadores da informação, quer na Capital, quer a Norte, que residem à escolha dos entrevistados e dos temas a abordar.

#### **5.2.2. Comentadores – “Vice-Versa”: espaço que privilegia o saber**

O “Vice – Versa” é um espaço de comentário que vai para o ar na segunda parte do *À Noite, as Notícias* e ocupa entre 15 e 20 minutos. É uma rubrica com dois convidados oriundos do universo político e académico. Os convidados têm normalmente posições ideológicas opostas, ou melhor, salientam diferentes pontos de vista argumentativos. Os comentadores são incumbidos de problematizar questões actuais e de interesse público.

Pela observação do quadro (seis) verifica-se que os políticos e os académicos são os dois grupos chamados a comentar a actualidade noticiosa, estando os primeiros presentes em maior número. Para as 30 presenças de políticos no estúdio do *À Noite, as Notícias* temos 10 professores/investigadores universitários.



Em entrevista ao diário *Correio da Manhã*<sup>6</sup>, o director da RTP N diz que: «os políticos têm a obrigação de aparecer nas televisões e nós o dever de os convidar e escrutinar». Na mesma entrevista, o crítico de televisão, Eduardo Cintra Torres referiu que «há cada vez mais políticos nos ecrãs, porque há cada vez mais canais de TV que incluem a temática política». O investigador afirma ainda que «a política é uma actividade estruturante da vida das sociedades, e que os canais de informação têm obrigação de debater política, mas que é pena que sigam demasiado o ‘guião’ dos partidos, que são hoje mais um entrave do que uma alavanca da participação dos portugueses na vida cívica».

**Quadro 4 - Quem é comentador na rubrica “Vice versa”**

<b>Quem comenta?</b>	<b>Porto</b>	<b>Lisboa</b>	<b>Total</b>
<b>Político</b>	16	14	<b>30</b>
<b>Académico</b>	4	6	<b>10</b>
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>40</b>

Constata-se também que a presença de políticos e académicos é praticamente igual nos dois locais de emissão deste jornal televisivo. Isto significa que os critérios da coordenação informativa são novamente semelhantes.

No que concerne ao corpo político presente no plateau de notícias e, tendo em conta o desenho do parlamento português, verifica-se um respeito pelos equilíbrios políticos. Isto é, é visível uma preocupação da RTPN em convidar comentadores dos vários partidos políticos com assento no parlamento. Deste modo, evita de ser acusada por vários membros de diferentes partidos (normalmente os partidos com menos deputados eleitos para o parlamento português) de não respeitar o pluralismo político, o que acontece muitas vezes.

<sup>6</sup> <http://www.correiomanha.pt/noticia.aspx?contentid=509B949F-1666-4ECB-8D91-E74C53A598C3&channelid=00000017-0000-0000-0000-000000000017>



Quadro 5- Número de convidados da rubrica "Vice versa"

<b>Políticos/Partidos</b>	<b>Porto</b>	<b>Lisboa</b>	<b>Total</b>
	4	3	7
<b>PSD</b>	5	4	9
<b>CDS</b>	2	4	6
<b>PCP</b>	3	3	6
<b>BE</b>	2	0	2
<b>Não Político</b>	4	6	10
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>40</b>

O maior partido da oposição (PSD) é aquele que é mais vezes chamado a comentar o que de mais importante se passa no país e no mundo, sendo o partido que se encontra mais à esquerda no espectro político português (BE) o que menos vezes vai a estúdio (sendo que no período em estudo não vai ao estúdio da capital).

Além disso, tem sido valorizado o Saber com a introdução dos comentários feitos por professores e/ou investigadores universitários, que proporcionam uma contextualização fundamentada dos acontecimentos. Há esta valorização da voz especialista, daquele que fala sobre aquilo que tem muito conhecimento e reflecte pontos de vista universais sobre os acontecimentos. A título de exemplo, no dia 30 de Outubro, vão a estúdio o historiador político Manuel Loff e o professor universitário/analista político Joaquim Aguiar.

São vários os convidados que estão presentes no estúdio do À Noite, as Notícias, sendo o político do PCP, António Filipe, aquele que mais vezes (quatro) é chamado a comentar a actualidade noticiosa. Percorrendo os convidados, apenas uma dupla de comentadores se repetiu em Lisboa.

Ao mesmo tempo, verifica-se que na capital existe uma maior tendência para repetir os comentadores, embora os números não sejam muito significativos. Enquanto que no Porto temos 15 convidados, cinco dos quais se repetem até fazer o total dos 20 comentadores, em Lisboa foram a estúdio 14 comentadores diferentes (repetindo-se 6 até fazer os 20 comentadores).



As análises feitas pelos convidados são muito tributárias de ângulos políticos. A Política de Estado volta assim a ser o tema mais presente no plateau deste jornal televisivo. Em segundo surge a macroeconomia; em terceiro a política partidária.

Quadro 6- O que é comentado na rubrica "Vice versa"

O que comentam?	Porto	Lisboa	Total
Política de Estado	8	5	13
Política Partidária	3	2	5
Macroeconomia	2	4	6
Política	1	1	2
Educação	1	1	2
Problemas Sociais	0	1	1
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>14</b>	<b>29</b>

A diversidade continua a ser um valor praticamente ausente. No nosso entender, consideramos que é importante que estes comentadores detentores de grandes conhecimentos discutam o que de mais importante se passe no país e no mundo, quer a nível político, quer económico. No entanto, pensamos ser importante abordar mais vezes assuntos como a educação, a saúde e os problemas sociais.

Se as mulheres estavam pouco presentes nos espaços de entrevista, aqui elas estão praticamente ausentes. No mês em análise apenas uma mulher foi considerada “apta” para comentar a actualidade. Falamos de Elisa Ferreira, candidata nas eleições autárquicas pelo PS para o Porto. Consideramos que esta tendência tem que ser invertida para que deixe de verificar esta reprodução social do poder masculino. Existem mulheres que cada vez mais ocupam altos cargos políticos e posições de destaque no seio académico. Seria importante ouvirmos essas vozes que se encontram





na espiral do silêncio. Também ao nível dos convidados é necessário que se tenha mais em atenção a pluralidade de temas e de vozes.

Pelo que foi anteriormente exposto podemos dizer que o *À Noite, as Notícias* consegue ter um ritmo semelhante conforme o lugar donde é emitido (Lisboa/Gaia). Existe, ao mesmo tempo, uma uniformização de critérios que orientam a realização deste jornal televisivo, quer ao nível do tipo de convidados, quer de assuntos abordados

Julgamos que é imprescindível manter a emissão alternada entre Gaia e Lisboa. Pensamos que se assim não fosse existiam convidados que nunca iriam estar presentes no estúdio do *À noite, as Notícias*. A emissão a norte torna-se fulcral para impedir que apenas sejam dados a conhecer as vozes originárias da Capital.

### **5.3. O cidadão comum que comenta assuntos políticos**

Ao longo deste estudo, verificamos que o cidadão comum, muito presente nas peças noticiosas que compunham os alinhamentos, se encontrou totalmente ausente do palteau do *À Noite, as Notícias*. Assim, continuou a não ter lugar nos espaços de entrevista e de comentário.

O que se verifica numa leitura superficial da sua presença em televisão é que este continua a praticamente só ter lugar em programas do género dos talk shows, onde o que está em jogo é o espectáculo das emoções. Julgamos que seria de extrema importância chamar o cidadão comum a estúdio, em representação de determinado grupo social, quer para falar de experiências positivas, quer de negativas, e não para explorar o que de mais privado tem.

No *À Noite, as Notícias*, o cidadão comum pode ser comentador da actualidade num espaço da internet, designado de *À Noite, a Net*. Como acontecia com os convidados deste noticiário de televisão, o tema que os espectadores mais comentam é a Política de Estado. Todos os outros temas (sete) estão praticamente presentes da mesma forma (com uma ou duas presenças). Julgamos que o privilégio dado à temática Política do Estado é incontornável, dado que todos os cidadãos sentem os resultados dessa



política no seu dia-a-dia. É, sem dúvida, um assunto de interesse público e que se reveste, por isso, de extrema importância.

Por outro lado, achamos importante alargar a diversidade dos temas a comentar, quer aqui pelo cidadão, quer em espaços de entrevista e comentário que abordamos anteriormente.

Quadro 7 - O que comenta o cidadão comum no À Noite, a Net

<b>O que são chamados a comentar?</b>	
<b>Política de Estado</b>	<u>10</u>
<b>Política Partidária</b>	<u>1</u>
<b>Macroeconomia</b>	<u>2</u>
<b>Microeconomia</b>	
<b>Educação</b>	<u>1</u>
<b>Problemas Sociais</b>	<u>2</u>
<b>Desporto</b>	<u>1</u>
<b>Justiça</b>	<u>1</u>
<b>Questões internacionais</b>	<u>1</u>
<b>Total</b>	<b>20</b>

Todas as questões colocadas aos cidadãos reflectiam aquilo que de mais importante se passava em cada dia. Por exemplo, no dia (14 de Outubro) em que o Ministro das Finanças, Teixeira dos Santos começou a explicar o Orçamento de Estado para 2009, a questão colocada aos espectadores foi: acredita de OE 2009 vai ajudar os portugueses a ultrapassarem a crise?

Em seguida, são apresentados alguns dos comentários lidos por um segundo pivot: “o Manuel António de Odivelas diz que «este orçamento distribui tanto por tantos sectores que é difícil não ficar céptico. Quando a esmola é grande, o pobre desconfia; o Frederico Salomé de Beja considera que «o orçamento de estado poderá ajudar alguns. É que os escalões do IRS são actualizados segundo a inflação, mas quem não tem aumento há quatro anos ganha cada vez menos; por seu turno, António Almeida mostra-se convicto que «a crise económica vai agravar-se. O desemprego vai disparar e muitas



empresas vão abrir falência. Temo mesmo que tenhamos de enfrentar uma grande crise social”.

Como já se disse no primeiro capítulo deste trabalho, não faz sentido a existência de um serviço público sem a participação activa do público. Esta participação deve tornar-se cada vez mais efectiva e, não ser apenas, através de um blogue na internet, mas sim com a presença dos cidadãos em estúdio. É certo que, habitualmente, o discurso do cidadão comum não se consegue adaptar ao ritmo e aos códigos da informação jornalística. De acordo com Remy Rieffel (2004:30) «embora os meios audiovisuais sejam, em certos casos, bons instrumentos de extensão da tomada de palavra política, não se deve, de forma alguma, subestimar os obstáculos e os constrangimentos que pesam sobre estes dispositivos. Para o autor, um desses constrangimentos é a desigual capacidade de expressão dos leigos num plateau de televisão. É também normal que o jornalista e os coordenadores se questionem sobre o que perguntariam a estes cidadãos e de que forma o fariam. Mas se não foram dados passos ou se não forem feitas tentativas no sentido de conseguir adaptar um discurso ao outro, ficaremos sempre numa incógnita.

Contudo, consideramos que o facto de existir um espaço de participação do público num jornal televisivo, numa estação de serviço público constitui um passo muito importante e fundamental nesse sentido.

Não podemos dizer que o espaço público construído no *À Noite, as Notícias* é diversificado, mas como dissemos constitui um passo em frente no sentido de alargar o espaço público contemporâneo.



## Considerações Finais

Terminada esta investigação, não nos é possível responder de uma forma totalmente negativa ou positiva à nossa questão de partida central: *Será que a RTPN como canal temático de serviço público, reflecte, através do seu principal programa de informação, aquilo que estipula o contrato de concessão de Serviço Público de Televisão?* De uma forma geral, aquilo que observamos é que em certos aspectos a RTP N está a fazer um esforço para cumprir o contrato de concessão de serviço público de televisão, mas que na maioria dos casos isso não acontece. No entanto, podemos dizer que o objectivo de conhecer que tipo de informação nos presta este canal temático de informação de serviço público foi cumprido. Relembramos que aquilo que nos importava saber era se a informação apresentada era diversificada nos temas e nos lugares e se a emissão foi aberta a diferentes grupos representativos da sociedade (informação plural e equilibrada).

Do estudo das peças noticiosas de abertura do *À Noite*, as Notícias, verificámos que a temática política domina (seis primeiras peças dos alinhamentos constituintes da amostra). Observou-se também que existe pouca diversidade temática na abertura deste telejornal. Concluímos, que neste ponto, não se respeitou a Cláusula 13 do contrato de concessão de serviço público de televisão que diz que a RTP N deve dar destaque a temas e ideias não habitualmente representadas na comunicação social. Assim, a informação apresentada não é completa (cláusula 5) nem é plural (cláusula 7), pelo menos no que respeita às notícias de abertura. Contudo, não podemos esquecer que a actualidade do período em análise foi muito rica em acontecimentos políticos (divulgação do Orçamento de Estado para 2009, eleições regionais dos Açores, votação do Estatuto dos Açores), e que se torna difícil não abordar a política, assunto de interesse público, na abertura deste noticiário. Apesar disso, pode dizer-se que como este telejornal tem início depois de terminados os noticiários das televisões generalistas poderia optar por outros ângulos noticiosos.

Ao mesmo tempo, e no que concerne aos lugares mediatizados na abertura deste noticiário televisivo, não é respeitado o valor da igualdade que deve nortear a informação televisiva de serviço público, dado que não são promovidos os valores quer



das maiorias quer das minorias; quer das realidades urbanas, quer periféricas. Simultaneamente, não é concedida especial atenção a temas com interesse para regiões e comunidades específicas (Cláusula 13), dado que a atenção se centra na Capital do país, Lisboa. Desta forma, na abertura deste telejornal não está a ser feito um retrato equilibrado do país. A abertura do *À Noite, as Notícias* não está a respeitar os princípios que devem nortear a informação televisiva de serviço público: o princípio da igualdade (promoção os valores quer das maiorias quer das minorias; quer das realidades urbanas, quer periféricas; quer das posições oficiais, quer das posições do cidadão comum) e o da neutralidade que exige a imparcialidade informativa: equilíbrio e pluralismo (Lopes, 1999: 86/87).

Ainda no que se refere à análise das peças noticiosas, podemos dizer que o critério que orienta a selecção dos acontecimentos é o da imprevisibilidade. Como referimos, os acontecimentos que rompem com a normalidade têm mais probabilidade de se tornar notícia e é isso que acontece neste noticiário. Estes acontecimentos imprevisíveis não são de carácter espectacular ou sensacional, mas sim acontecimentos que devido à sua importância, têm a capacidade de alterar a agenda predefinida do jornalista e de se imporem no topo dos alinhamentos.

Sabemos que estas conclusões não podem ser generalizáveis, dado que apenas estudamos as seis primeiras notícias dos alinhamentos correspondentes a quatro semanas de emissão deste programa noticioso. No âmbito deste estudo, não nos era possível analisar uma amostra maior e mais completa. Isto é, para podermos estudar as três componentes do programa tivemos que optar por analisar apenas as notícias de abertura do *À Noite, as Notícias*.

Em segundo lugar dirigimos a nossa atenção para a composição social do plateau (entrevistados/comentadores) do *À Noite, as Notícias*. Pretendíamos saber que tipo de espaço público constrói este programa informativo. No que diz respeito aos entrevistados, notámos que os jornalistas são os que mais vezes são chamados ao plateau deste telejornal. Em segundo lugar estão os representantes de associações e de sindicatos e em terceiro os políticos. Importa também referir a presença neste plateau de representantes das indústrias culturais e dos profissionais que discutem temáticas de



uma forma contextualizada. É de salientar aqui o esforço dos coordenadores de informação do *À Noite, as Notícias* no sentido de chamar para entrevista/debate protagonistas não habitualmente representados na comunicação social (Cláusula 13), no sentido de alargar a pluralidade de vozes.

No entanto, a diversidade ainda é reduzida e continua a faltar mais heterogeneidade social. De fora, continuam a ficar as profissões técnicas e do sector produtivo. Ainda muito pouco presentes continuam a estar as mulheres (mais presentes em Lisboa), verificando-se ainda uma reprodução social do poder masculino. Contudo, lembramos que o contrato de concessão de serviço público de televisão menciona que «a televisão de serviço público tem de ser um exemplo de liberdade, abertura, modernidade e cobertura das diversas correntes de opinião e dos interesses legítimos existentes no país, incluindo os minotários».

Ao mesmo tempo, a política continua a ser o tema mais abordado nos espaços de entrevista, seguida da macroeconomia e do desporto (futebol). Verifica-se um equilíbrio quanto aos entrevistados chamados a estúdio e quanto aos temas debatidos, nas emissões alternadas do Porto e de Lisboa.

No que concerne aos espaços de comentário, são os políticos e os académicos os presentes na rubrica “Vice-Versa”, sendo os primeiros os mais chamados ao plateau. Verifica-se um equilíbrio entre Porto e Lisboa relativamente aos comentadores convidados. Consideramos que os políticos estão aqui excessivamente presentes, mas não podemos deixar de ter em conta que este é um espaço de reflexão de cariz político. É de realçar a valorização do saber feita nesta rubrica de comentário, com a introdução dos comentários dos professores/investigadores que falam de assuntos sobre os quais possuem conhecimentos alargados. A política continua a ser o tema mais debatido. Julgamos que era importante aproveitar a sabedoria dos comentadores para debater uma maior diversidade de temas. Além disso, pensamos que os académicos deveriam estar mais presentes nos plateaux televisivos também para falar sobre o trabalho que desenvolvem nas universidades.



Relativamente ao género, apenas uma mulher é chamada para comentar a actualidade. Defendemos que é urgente alterar esta tendência que se verifica na informação televisiva, e mais concretamente neste telejornal. Consideramos ainda que é imprescindível manter a emissão do À Noite, as Notícias alternada das redacções do Porto e de Lisboa. Só assim é possível fazer com que determinadas vozes tenham expressão, aumentando a pluralidade de vozes.

Por último, verificamos que os cidadãos muito presentes nos alinhamentos deste noticiário televisivo continuavam ausentes do plateau. Consideramos de extrema importância a sua presença nos plateaux de informação televisiva para debater a actualidade noticiosa. É importante salientar a existência no À Noite, as Notícias de um espaço de internet onde os telespectadores são chamados a deixar o seu comentário sobre uma pergunta reflectiva da actualidade informativa. As perguntas colocadas pertenceram sobretudo à temática política. A existência deste espaço constitui um passo em frente no sentido de alargar o espaço público mediático. Porque não é concebível a existência de um serviço público de televisão sem a participação activa do público.

Consideramos que este estudo constitui um passo importante no estudo da informação televisiva de canais temáticos informativos. É muito importante investigar os rumos da informação televisiva de serviço público para verificar se esta realmente cumpre as funções de que está incumbida pelo contrato de concessão de serviço público, prestando realmente aos telespectadores informação de serviço público. Temos consciência, como já referimos, das limitações desta investigação, devido à pequena extensão da amostra, que não nos permite fazer considerações mais absolutas. Pensamos que seria importante estudar mais profunda e pormenorizadamente este noticiário. A médio prazo, poder-se-ia fazer um estudo de comparação entre os jornais televisivos dos canais temáticos de informação (por cabo) das três televisões generalistas portuguesas para analisar as diferenças e semelhanças ao nível do tipo de informação prestada. Seria igualmente importante o estudo de outros noticiários de informação do canal temático de informação de serviço público de televisão.



## Bibliografia

- Achille, Y. & Bueno, J. (1994). *Les télévisions publiques en quête d'avenir*, Presses Universitaires de Grenoble.
- Balle, F. (2000). *Os media*, Porto: Campo das letras
- Blumler, Jay. (1993). *Television e Interes Public*, Barcelona: Bosh Casa Editorial.
- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a Televisão*, Oeiras: Celta.
- Bourges, H. (1993). *La télévision du public*, Flammarion.
- Cádima, F. (1996). *O Fenómeno Televisivo*, (S/L): Companhia Editora do Minho.
- Cádima, F. (1999). *Desafios dos Novos Media – a nova ordem política e comunicacional*, Lisboa: Editorial Notícias.
- Correia, F. (1997). *Os Jornalistas e as Notícias*, Lisboa: Editorial Caminho.
- Curran, J. & Seaton, J. (1997). *Imprensa, Rádio e Televisão, Poder sem Responsabilidade*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Fidalgo, J. (2003). *De que é que se fala, quando se fala em serviço público de televisão?*, in Pinto, Manuel (dir.), *Televisão e Cidadania: contributos para o debate sobre serviço público*, Col. “Comunicação e Sociedade”, Universidade do Minho.
- Fontcuberta, M. (1999). *A notícia – pistas para compreender o mundo*, Lisboa: Media e Sociedade.
- Gomis, L. (1991). *Teoría del Periodismo-Cómo se forma el presente*, Barcelona: Paidós.
- Herreros, M. (2004). *Modelos de televisión: generalista, temática y convergente com Internet*, Barcelona: Ediciones Paidós.
- Jespers, J. (1999). *Jornalismo Televisivo. Princípios e Métodos*, Coimbra: Minerva.
- Lopes, F. (1999). *As Notícias Regionais no Telejornal da RTP: Que Serviço Público?*, *Comunicação e Sociedade*, 12: 131-150.
- Lopes, F. (1999). *O Telejornal e o Serviço Público*, Coimbra: Minerva.
- Lopes, F. (2003). *Os conteúdos do serviço público de televisão: pistas para a elaboração de uma grelha de programação*, in Pinto, Manuel (dir.), *Televisão e*





*Cidadania: contributos para o debate sobre serviço público*, Universidade do Minho: Col. “Comunicação e Sociedade”.

Lopes, F. (2007). *A TV das Elites*, Porto: Campo das Letras.

Lopes, F. (2007). *Dos excessos de TV generalista: Retratos da informação semanal emitida em horário nobre*, *Comunicação e Sociedade*, 11: 135-148.

Lopes, Felisbela (2008). *A TV do Real*, Coimbra: Minerva.

Louro, J. (2003). *Não subestimem o serviço público de TV*, in Pinto, Manuel (dir.), *Televisão e Cidadania: contributos para o debate sobre serviço público*, Universidade do Minho: Col. “Comunicação e Sociedade”.

Mander, J. (1999). *Quatro Argumentos para acabar com Televisão*, Lisboa: Antígona.

Motta, R. (2000). *Televisão em Portugal. Que Futuro Que Presente*, Lisboa: Quatro Margens Editora.

Neveu, Erik (2005). *Sociologia Do Jornalismo*, Porto Editora.

Noelle – Neumann, E. (1995). *La Espiral del Silencio. Opinión pública: nuestra piel social*, Barcelona: Paidós.

Pinto, M. (dir), et al (2003). *Televisão e Cidadania: contributos para o debate sobre o serviço público*, Universidade do Minho, Col. “Comunicação e Sociedade”.

Popper, K. & Condry, J. (1995). *Televisão: Um perigo para a democracia*, (s/l): Gradiva.

Ramonet, I. (2000). *Propagandas silenciosas*, Porto: Campo das Letras.

Ramontet, I. (1999). *A tirania da comunicação*, Porto: Campo das Letras.

Rieffel, R. (2004). *A sociologia dos media*, Porto: Porto Editora.

Santos, J. (2000). *Homo Zappiens – o feitiço da televisão*, Lisboa: Editorial Notícias.

Santos, R. (2006). *A fonte não quis revelar*, Campo das Letras.

Saperas, E. (1993). *Os efeitos cognitivos da comunicação de massas*, Porto: Edições Asa.

Sartori, G. (2000). *Homo Videns – televisão e pós pensamento*, Lisboa: Terramar.



Sousa, A. (2003). *Técnicas Jornalísticas nos Meios Electrónicos (princípios de radiojornalismo, telejornalismo, jornalismo on-line)*, Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Sousa, H. & Santos, L. (2003). *RTP e serviço público – Um percurso de inultrapassável dependência e contradição*, in Pinto, Manuel (dir.), *Televisão e Cidadania: contributos para o debate sobre serviço público*, Universidade do Minho: Col. “Comunicação e Sociedade”.

Sousa, H. (1999). *Serviço Público, Televisão Comercial e a Implementação da lei: alguns elementos para o debate*, *Comunicação e Sociedade*, 12: 121-130.

Sousa, J. (2003). *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*, Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Torres, E. (1998). *Ler Televisão: o Exercício da Crítica contra os Lugares – Comuns*, Oeiras: Celta Editora.

Traquina, N. (1997). *Big Show Media, viagem pelo mundo audiovisual português*, Lisboa: Editorial Notícias.

Traquina, N. (2004). *A Tribo Jornalística, uma comunidade transnacional*, Lisboa: Editorial Notícias.

Vasconcelos, A. (2003). *Serviço Público, interesses privados: o que está em causa na polémica da RTP*, Lisboa: Oficina do Livro.

Wolf, M. (1987). *Teorias da Comunicação*, Lisboa: Presença.

Wolton, D. (1997). *Pensar a Comunicação*, Lisboa: Difel.

Berno, G. (S/D). *Televisão, educação e sociedade: uma visão crítica*, Universidade da Beira Interior. (<http://bocc.ubi.pt/pag/berno-geovani-televisao-sociedade.pdf> accessed 25/12/2008).

Canavilhas, J. (S/D). *Televisão, O domínio da Informação-espectáculo*, Universidade da Beira Interior. (<http://bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-televisao-espectaculo.pdf> accessed 25/12/2008).



Carneiro, M. (2006). *O Serviço Público de televisão e a informação regional - Uma análise comparativa entre dois noticiários regionais da RTP*, Universidade do Minho (<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6205> accessed 12/03/2009)

Lopes, F. (2007). *Homens públicos, mulheres privadas – a presença da mulher na informação televisiva*, Universidade do Minho (<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8614> accessed 15/03/2009)

Serra, P. (S/D). *O princípio da credibilidade na selecção da informação mediática*, Universidade da Beira Interior. (<http://bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-credibilidade-selecao-informacao.pdf> accessed 13/12/2008).

Vizeu, A. (S/D). *Telejornalismo, audiência e ética*, Universidade Federal de Pernambuco. (<http://www.bocc.ubi.pt/pag/vizeu-alfredo-telejornalismo-audiencia-etica.pdf> accessed 25/12/2008).

Lima, M.(2005). *RTP: local ao global*, (S/L). (<http://bocc.ubi.pt/pag/lima-erica-rtp-local-global.pdf> accessed 15/01/2009).

Stevanim, L.(2005). *Pressupostos para uma televisão efectivamente pública: desafios de uma comunicação para além do Estado e do mercado*, (S/L). (<http://bocc.ubi.pt/pag/stevanim-luiz-pressupostos-para-uma-televisao-publica.pdf>, accessed 15/01/2009).

### **Legislação e Contratos:**

Constituição da República Portuguesa (artigos 37º a 40º)

Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão e Acordo Complementar/Quadriénio 2008-2011

Lei que procede à reestruturação da concessionária do serviço público de rádio e televisão – Lei n.º 8/2007 de 14 de Fevereiro

Lei da Televisão – Lei n.º 27/2007 de 30 de Julho



## Anexos

### Anexo 1: Categorias de análise

#### *Quem fala no plateau do À Noite, as Notícias?*

##### **Convidados portugueses:**

Políticos: membros do Governo, políticos (PSD, PS, PCP, CDS – PP, BE), autarcas/candidatos a autarcas e políticos - outros (não se enquadrem em nenhum dos tipos de políticos mencionados anteriormente).

Cargos/Responsáveis por Instituições

Sindicalistas/Representante de Associações

Académicos (Professores/Investigadores)

Juristas/Magistrados

Jornalistas/Analistas

Economistas/Empresários

Médicos/Psicólogos

Militares/Forças Policiais/Protecção Civil

Religiosos

Técnicos

Profissionais do sector produtivo/Industrial

Desportistas

Actores das Indústrias culturais

Cidadão Comum

Outros

##### **Convidados Estrangeiros**



## *De que se fala no À Noite, as Notícias?*

**Política de Estado:** assuntos que envolvam o Governo, a Presidência da República ou a Assembleia da República.

**Política Partidária:** actividade dos partidos políticos

**Política local:** tudo o que se relaciona com as autarquias

**Política Internacional:** assuntos relativos ao Governo/partidos políticos estrangeiros

**Áreas estruturais:** áreas em que assenta ou que fomenta a vida social

**Questões internacionais:** o que se passa no estrangeiro para lá da actuação dos Governos

**Macroeconomia:** situação económica/financeira do país, decisões/conjuntura de grupos económicos inserem-se aqui

**Agricultura/Indústria:** tudo o que diz respeito aos sectores agrícola e industrial

**Questões regionais:** questões intrínsecas a uma determinada região

**Educação:** integra-se aqui tudo o que respeita qualquer grau de ensino

**Saúde:** o que corre bem e o que corre mal no sistema da saúde, as doenças e os tratamentos

**Justiça:** situações que envolvem a actuação dos tribunais

**Forças Policiais/ Forças Militares/ Protecção Civil:** tudo o que diga respeito a estas entidades

**Religião/Crenças:** as manifestações de qualquer credo religioso ou que reflectem crenças de qualquer origem

**Manifestações Culturais:** as artes, o património, a literatura, o cinema, a música...situam-se a este nível.

**Ciência e Inovação:** conhecimento científico e novas descobertas são os vectores estruturantes desta categoria

**Ambiente:** o espaço que habitamos, a sua preservação, os atentados ao seu equilíbrio são tópicos a integrar aqui



**Media:** assuntos respeitantes à conjuntura e ao funcionamento dos meios de comunicação social

**Microeconomia:** o deve-haver da contabilidade diária portuguesa

**Trabalho/Sindicatos:** assuntos ligados ao mercado laboral ou relacionados com estruturas sindicais/associativas

**Casos de polícia:** assuntos que envolvam forças policiais ou que reivindicam a sua presença (ex: assaltos, acidentes, naufrágios, incêndios, mortes...)

**Acidentes:** incêndios, acidentes rodoviários, ferroviários e aéreos, naufrágios e cheias são acontecimentos que incluem esta categoria.

**Problemas sociais:** o lado negativo da vida social: pobreza, fome, racismo...

**Greves/Protestos:** as greves – aviso, realização e cessação – de todos os sectores de actividade e os protestos levados a cabo por pessoas que se opõem a determinada situação.

**Solidariedade:** iniciativas que visam ajudar terceiros

**Emigração/Imigração:** a vidas dos portugueses que partem para outro país ou daqueles que chegam do estrangeiro

**Turismo/Gastronomia:** o que temos para dar aos turistas: o património natural e cultural, incluindo a gastronomia

**Lazer:** os passatempos, as férias...o que se faz para descontrair nos nossos tempos livres

**Desporto:** tudo o que tem uma relação intrínseca com qualquer modalidade desportiva

**Infância e Juventude:** questões intrínsecas à vida dos mais novos

**Sexualidade/Vida de casal:** situações relacionadas com a vida entre duas pessoas, incluindo o relacionamento sexual

**Terceira idade:** tudo o que diz respeito à vida dos mais velhos

**Questões de Género:** problemáticas que afectam o homem ou a mulher enquanto género

**Moda/Beleza:** a moda em qualquer sector e os cuidados com o nosso corpo

## Outros